INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA (IFSC)

CENTRO DE REFERÊNCIA EM FORMAÇÃO E EAD (CERFEAD)

ESPECIALIZAÇÃO EM FORMAÇÃO PEDAGÓGICA PARA A DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

EVASÃO NO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO HOSPITALAR DO IFSC – CÂMPUS JOINVILLE: CAMINHOS PARA ASSEGURAR A PERMANÊNCIA E ÊXITO

Trabalho de Conclusão

JORGE CUNHA

Florianópolis/SC

2017

JORGE CUNHA

EVASÃO NO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO HOSPITALAR DO IFSC – CÂMPUS JOINVILLE: CAMINHOS PARA ASSEGURAR A PERMANÊNCIA E ÊXITO

Trabalho de Conclusão apresentado ao Centro de Referência em Formação e EaD (CERFEAD) do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) como requisito parcial para Certificação do Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Formação Pedagógica para a Docência na Educação Profissional e Tecnológica.

Orientadora: Profa. Marizete Bortolanza Spesatto, Dra.

Florianópolis/SC

2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor.

CUNHA, JORGE
EVASÃO NO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO HOSPITALAR DO IFSC – CÂMPUS JOINVILLE : caminhos para assegurar a permanência e êxito / JORGE CUNHA ; orientação de MARIZETE BORTOLANZA SPESATTO. – Florianópolis, SC, 2017.
65 p.
Monografia (Pós-graduação Lato Sensu – Especialização) – **Instituto Federal de Santa Catarina,** Centro **de Referência em Formação e Educação à** Distância – **CERFEAD. Especialização em Formação Pedagógica** para **Docência na Educação Profissional** e Tecnológica. **Departamento de Educação à** Distância.
Inclui Referências.
1. Evasão. 2. Gestão Hospitalar. 3. Permanência **e Êxito. I. BORTOLANZA SPESATTO, MARIZETE.** II. Instituto **Federal de Santa Catarina. Departamento de Educação à Distância.** III. Título.

JORGE CUNHA

EVASÃO NO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO HOSPITALAR DO IFSC – CÂMPUS JOINVILLE: CAMINHOS PARA ASSEGURAR A PERMANÊNCIA E ÊXITO

Este Trabalho de Conclusão foi julgado e aprovado para a obtenção do título de Especialista em Formação Pedagógica para a Docência na Educação Profissional e Tecnológica do Centro de Referência em Formação e EaD do Instituto Federal de Santa Catarina (CERFEAD/IFSC).

Florianópolis, 15 de agosto de 2017.

.....
Prof. Carlos Alberto da Silva Mello, MSc.
Coordenador do Programa

BANCA EXAMINADORA

.....
Profa. Marizete Bortolanza Spesatto, Dra.- Orientadora

.....
Profª Márcia Bet Kohls, Me.

.....
Prof. Maick da Silveira Viana, Dr.

RESUMO

CUNHA, Jorge. **Evasão no Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar do IFSC – CÂMPUS Joinville: Caminhos para Assegurar a Permanência e Êxito**. 2017. 63 f. Trabalho de Conclusão (Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Formação Pedagógica para a Docência na Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Santa Catarina, Florianópolis/SC, 2017.

A pesquisa aqui apresentada foi aplicada junto ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar do IFSC – Câmpus Joinville e norteada pelo Documento Orientador para a Superação da Evasão e Retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (2014). O problema abordado se apresenta da seguinte forma: Quais as causas da evasão que mais afetam a permanência e o êxito dos alunos do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar? Os objetivos procuraram analisar o processo de evasão, conhecer e avaliar a complexidade dos fatores influenciadores, examinar as taxas de evasão e conclusão e sugerir possibilidades pedagógicas e institucionais. Em síntese, os dados observados revelaram que do total de 406 alunos que ingressaram no curso no período de análise, 52% finalizaram sem êxito. Os dados foram tabulados e classificados conforme os fatores individuais, internos e externos (BRASIL, 2014). Dentre as possibilidades de ações propostas, a partir da análise dos dados, para reduzir os altos índices de evasão estão ações institucionais relacionadas ao conhecimento do aluno sobre o mercado de trabalho, acompanhamento dos alunos em sua vida acadêmica, geração de fatores motivadores como a participação em eventos, atualizações constantes no curso e programa de atendimento domiciliar, além da utilização da EaD na composição da carga horária do curso, permitindo maior flexibilidade para os estudos.

Palavras-chave: Evasão. Gestão Hospitalar. Permanência e Êxito.

ABSTRACT

CUNHA, Jorge. **Dropout in the Superior Course of Technology in Hospital Management of the IFSC - CÂMPUS Joinville: Paths to Ensure Permanence and Success.** 2017. 63 f. Monograph (Postgraduate Course *lato sensu* in Pedagogical Training for Teaching in Professional and Technological Education) - Federal Institute of Santa Catarina, Florianópolis/SC, 2017.

The research presented here was applied to the Superior Course of Technology in Hospital Management of the IFSC - Campus Joinville and guided by the Guidance Document for Overcoming Dropout and Retention in the Federal Network of Vocational, Scientific and Technological Education (2014). The problem addressed is presented as follows: What are the causes of dropout that most affect the permanence and success of students of the Higher Course of Technology in Hospital Management? The objectives sought to analyze the evasion process, to know and evaluate the complexity of influencing factors, to examine evasion and completion rates and to suggest pedagogical and institutional possibilities. In summary, the observed data revealed that of the total of 406 students who entered the course during the period of analysis, 52% ended up unsuccessfully. Data were tabulated and classified according to individual, internal and external factors (BRASIL, 2014). Among the possibilities of proposed actions, from the data analysis, to reduce the high rates of evasion are institutional actions related to the student's knowledge about the labor market, follow-up of students in their academic life, generation of motivating factors such as participation In events, constant updating in the course and home care program, besides the use of distance education program in the composition of the course hours, allowing greater flexibility for the studies.

Keywords: Dropout. Hospital Management. Permanence and Success.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Categorias associadas à evasão.....17

Quadro 2 - Categorização das causas da evasão e da retenção.....18

Quadro 3 - Acontecimentos históricos da Rede Federal de Educação.....23

Quadro 4 - Ciclos de Matrículas do CST em Gestão Hospitalar.....28

Quadro 5 - Acontecimentos históricos do Instituto Federal de Santa Catarina.....30

Quadro 6 – Categorização das causas da evasão do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar.....43

Quadro 7 – Possibilidades de ações - descoberta de novos interesses e novos processos de seleção.....46

Quadro 8 – Possibilidades de ações - Problemas de saúde do estudante ou de familiar.....48

Quadro 9 – Possibilidades de ações – desmotivação com o curso escolhido.....49

Quadro 10 – Possibilidades de ações – Gravidez e acompanhamento do recém-nascido.....50

Quadro 11 – Possibilidades de ações – compatibilidade entre a vida acadêmica e as exigências do mundo do trabalho.....51

Quadro 12 – Possibilidades de ações – gestão acadêmica do curso.....53

Quadro 13 – Possibilidades de ações – questões didático-pedagógicas.....54

Quadro 14 – Possibilidades de ações – desmotivação pela greve na instituição.....55

Quadro 15 – Possibilidades de ações – desvalorização da profissão e reconhecimento social do curso.....56

Quadro 16 – Possibilidades de ações – oportunidade de trabalho para o egresso do curso 58

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Taxas de Conclusão, Evasão e Retenção no Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar.....41

Gráfico 2 – Ocorrências das causas de evasão.....44

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Ciclos analisados: concluintes, finalizados e retidos do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar 39

Tabela 2 - Números absolutos e percentuais do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar.....42

Tabela 3 - Estudantes ingressantes classificados por gênero 47

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 11

1.1 Tema e Problema de Pesquisa 12
1.2 Objetivos 12
1.2.1 Objetivo Geral 12

1.2.2 Objetivos Específicos 12

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA 13

2.1 Evasão e Retenção 13
2.1.1 Causas da evasão e da retenção 16

2.2 Documento Orientador para a Superação da Evasão e Retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica 19
2.3 Educação Profissional e os Cursos Superiores de Tecnologia 20
2.3.1 Rede Federal de Educação: Evasão e Retenção 22

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS 26

3.1 Coleta de Dados Quantitativos 27
3.2 Coleta de Dados Qualitativos 28
3.3 O Ambiente Estudado 29
3.3.1 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina 29

3.3.2 O Câmpus Joinville 31

3.3.3 O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar 33

4 RESULTADOS DE PESQUISA 39

4.1 A Evasão no Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar 39
4.1.1 Diagnóstico Quantitativo: taxa de evasão 39

4.1.2 Diagnóstico Qualitativo: identificação das causas principais de evasão e possibilidades de ações 42

4.1.2.1 Fatores Individuais 44

4.1.2.2 Fatores Internos à Instituição 52

4.1.2.3 Fatores Externos à Instituição 55

5 CONCLUSÕES 59

REFERÊNCIAS 62

1 INTRODUÇÃO

A realização desta pesquisa é motivada pela observação da ocorrência do processo de evasão no Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar. No exercício da docência, em certos momentos, escutamos depoimentos de alunos em relação a seus colegas discentes dizendo que tal colega desistiu do curso, ou por vezes, “nosso colega trancou o curso”. Enfim, para o professor, basta atualizar a lista de alunos em seu diário? Aguardar a oficialização do registro acadêmico e cortar o aluno evadido do diário de classe? Vale a reflexão de que, por trás desse ato burocrático, reside um evento de maiores dimensões: uma mudança de vida do acadêmico, uma correção de trajetória ou uma nova motivação em outro curso.

Em se tratando de outras dimensões, que envolvam a saída do aluno de sala de aula, também entram em cena questões relacionadas à instituição, ao corpo docente e ao corpo discente que permanece. Possivelmente, surgirão aspectos relacionados aos recursos que a instituição aufere por número de alunos, professores desafiados a manter a motivação das salas que perdem acadêmicos e alunos que permanecem e são desafiados a finalizar cursos que se esvaziam e que podem parecer debilitados diante do mercado. São observações iniciais que demonstram a necessária e urgente discussão desses temas, extremamente relevantes, da evasão, retenção e conclusão que rondam o dia a dia de sala de aula.

Narciso (2015) aponta, amparada em dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), para a pequena quantidade de estudos sobre a evasão nos Institutos Federais. A autora contabilizou em sua pesquisa apenas onze dissertações e uma tese voltadas à evasão em cursos técnicos. Tais números, destaca Narciso, são ínfimos diante da expansão da rede “[...] que contabiliza mais de 562 (quinhentos e sessenta e dois) Campi em todo o Brasil, gerando mais de um milhão e cem mil vagas. Diante de toda a trajetória de mais de cem anos da Educação profissional, a evasão tem sido um fenômeno persistente” (NARCISO, 2015, p. 31).

Em se tratando da instituição de ensino, Franciscone e Teixeira (2011) salientam que oferecer uma proposta educacional que atenda às expectativas do contexto social atual, bem como promover o desenvolvimento de competências do estudante, possibilitam que os mesmos possam ser agentes conscientes de seu papel social, comprometidos com a transformação da realidade. A abordagem desses autores procura tornar o estudante um personagem ativo de sua formação

acadêmica, profissional e social. Embora cientes de que muitos outros fatores, ao serem abordados ao longo deste trabalho, contribuem para a evasão dos alunos e acreditamos que pode residir nessa tratativa a motivação necessária para a permanência e êxito do estudante.

Além do referencial teórico e conceitual consultado, a presente pesquisa foi norteada com base no Documento Orientador para a Superação da Evasão e Retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica do Ministério da Educação, desenvolvido pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (2014), sendo que tal documento estabelece as diretrizes para o desenvolvimento de ações capazes de possibilitar a permanência e êxito dos estudantes no processo formativo.

1.1 Tema e Problema de Pesquisa

O problema abordado diz respeito ao alto nível de evasão, pode ser apresentado da seguinte forma: Quais as causas da evasão que mais afetam a permanência e o êxito dos alunos do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar as causas de evasão no Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar do IFSC – Joinville.

1.2.2 Objetivos Específicos

a) Conhecer e avaliar a complexidade de fatores individuais, sociais, econômicos, culturais e acadêmicos que contribuem para a evasão do curso em análise;
b) Examinar as taxas de evasão e conclusão em seu conjunto, ao longo do tempo de existência do curso;
c) Identificar as causas e sugerir possibilidades de medidas pedagógicas e institucionais para assegurar a permanência e êxito dos alunos no curso.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Evasão e Retenção

Evasão e retenção são conceitos usados em pesquisas que buscam definir a trajetória do estudante no ambiente escolar. O primeiro termo define a saída do aluno de um determinado curso, já o segundo, também é denominado de repetência. São conceitos importantes para observação dos fenômenos que levam os alunos a determinadas decisões em suas trajetórias escolares.

O Professor Vicent Tinto, desde a década de 1970, vem observando e elaborando hipóteses a respeito da caracterização do fenômeno da evasão no ambiente acadêmico. Em seu estudo de 1975, o autor aborda o modelo de integração do estudante, salientando que a evasão é motivada pela falta de integração com o ambiente acadêmico e social da instituição e influenciada pelas características individuais, expectativas de carreira ou curso e pelos objetivos e compromissos assumidos antes do início do curso.

Nesse modelo, o autor atribui seis variáveis que seguem: os atributos de pré-entrada, ou seja, escolaridade anterior e antecedentes familiares; metas do estudante; integração acadêmica; integração social; comprometimentos ou influências acadêmicas e sociais para alcance do objetivo de conclusão do curso e, por fim, os aspectos externos.

No entendimento de Bueno (1993), a evasão pode ser o resultado de uma postura ativa do aluno. O autor explica que pode ser uma decisão de responsabilidade do mesmo. Já a exclusão, para o autor, significa admitir a responsabilidade da escola e de tudo que a cerca, por não ter mecanismos de aproveitamento e direcionamento do aluno.

Nessa mesma perspectiva, Ristoff (1995 *apud* BRASIL, 1996a, p. 14) argumenta que:

> Parcela significativa do que chamamos evasão, no entanto, não é exclusão, mas mobilidade, não é fuga, mas busca, não é desperdício, mas investimento, não é fracasso - nem do aluno nem do professor, nem do curso ou da instituição - mas tentativa de buscar o sucesso ou a felicidade, aproveitando as revelações que o processo natural do crescimento dos indivíduos faz sobre suas reais potencialidades.

O fenômeno da evasão, que num primeiro momento pode ser observado sob uma ótica negativa, pois denota a descontinuidade de um processo que deveria culminar com o êxito do estudante na conclusão do curso, num segundo momento

pode ser retratado como uma decisão de amadurecimento do processo de formação. É possível imaginar que a mudança de trajetória, ainda que algum tempo despendido no processo de formação, porém como uma nova possibilidade de caminho de vida do estudante em uma futura formação, que pode o levar ao reconhecimento das suas potencialidades. Entretanto, é preciso que fique claro que esta é apenas uma das razões. Existem outras, bem mais complexas que, inclusive, serão retratadas quando da análise dos dados coletados nesta pesquisa.

Um marco no estudo da evasão no Brasil foi a criação da Comissão Especial de Estudos sobre Evasão, em março de 1995, que reuniu instituições de Ensino Superior Públicas, federais e estaduais. O estudo avaliou os índices de diplomação, retenção e evasão dos estudantes dos cursos de graduação, possibilitando visualizar um panorama nacional e o autoconhecimento de cada instituição participante, subsidiou a condução de avaliação objetiva dos resultados do sistema e orientação de políticas institucionais e governamentais para a melhoria do ensino de graduação (BRASIL, 1996a).

Uma das preocupações da Comissão Especial foi de posicionar-se frente a algumas questões, definindo como seu objeto de estudo a evasão dos cursos de graduação, conceituando para tanto a evasão como a saída definitiva do aluno de seu curso de origem, sem concluí-lo (BRASIL, 1996a).

Dore e Lüscher (2011) conceituam a evasão associada a outros fenômenos salientando que:

> A evasão escolar tem sido associada a situações tão diversas quanto a retenção e repetência do aluno na escola, a saída do aluno da instituição, a saída do aluno do sistema de ensino, a não conclusão de um determinado nível de ensino, o abandono da escola e posterior retorno.

O Documento Orientador para a Superação da Evasão e Retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica considera que a evasão escolar é a interrupção no ciclo de estudos e deve ser vista como um fenômeno complexo e não como um problema comum, uma vez que compromete o efetivo direito à educação de qualidade para todos (BRASIL, 2014).

Voltando às abordagens do Professor Tinto, em 1982, em mais um de seus estudos, considerava que os estudos de evasão se tornaram mais comuns, porém considerava os limites da capacidade de compreender o fenômeno e tratá-lo, alertava que ainda havia uma série de áreas importantes de investigação não

adequadamente exploradas nas tentativas de compreender o caráter complexo da evasão estudantil. O autor questionou, na ocasião, os tipos de políticas que devem ser implementadas para reduzir a desistência entre determinados tipos de estudantes na população estudantil em geral. É preciso considerar, ainda, o que diz o documento Diplomação, Retenção e Evasão nos cursos de graduação em Instituições de Ensino Superior Públicas:

> A evasão de estudantes é fenômeno complexo, comum às instituições universitárias no mundo contemporâneo. Exatamente por isto, sua complexidade e abrangência vêm sendo, nos últimos anos, objeto de estudos e análises, especialmente nos países do Primeiro Mundo. Tais estudos têm demonstrado não só a universalidade do fenômeno como a relativa homogeneidade de seu comportamento em determinadas áreas do saber, apesar das diferenças entre as instituições de ensino e das peculiaridades socioeconômico-culturais de cada país. (BRASIL, 1996a, p. 13).

Na percepção da maioria dos autores, o fenômeno da evasão é de uma complexidade considerável, já que vários fatores são observados neste contexto e vários são os atores envolvidos: o estudante, o corpo docente, a comunidade acadêmica composta por direção e serviços de apoio e a comunidade externa, exercendo suas influências sobre os demais atores. Enfim, várias forças atuam no processo de formação da vida acadêmica do estudante.

Bueno (1993) considera importante que o fenômeno de evasão seja compreendido enquanto centrado na escolha profissional dos jovens, envolvido nas possibilidades de um projeto pessoal de vida. O autor afirma que, se há evasão, existe também os alunos que permanecem insatisfeitos no curso e, uma vez diplomados, sentem-se desajustados na atividade profissional.

Refere-se ainda àqueles indivíduos que nunca ingressaram em um determinado nível de ensino, especialmente na educação compulsória, e ao estudante que concluiu um determinado nível de ensino, mas se comporta como um *dropout.* (DORE; LÜSCHER, 2011, p. 775).

Para a Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras, a compreensão da evasão passa pelo fato de superar a postura economicista e utilitarista da formação universitária, o que conduziria à extinção de alguns cursos que são hoje mantidos quase que exclusivamente pelas universidades públicas (BRASIL, 1996a). Dada a necessidade de instituições particulares manterem seus ganhos, muitos cursos são considerados deficitários

financeiramente, e em certa medida pelo alto nível de evasão, sendo assim, estes cursos são suportados pelas instituições públicas que não necessitam do retorno financeiro sobre o capital investido.

2.1.1 Causas da evasão e da retenção

Entender as causas da evasão e retenção é entender um pouco da dinâmica que cerca o estudante em sua vida acadêmica. Vale ressaltar que tais causas podem estar relacionadas a vários atores que permeiam o dia a dia da escola e colocam em discussão o objetivo de atuação de cada um deles, neste caso: a instituição, quando oferece o ambiente estudantil; o corpo docente, com seus objetivos didáticos e pedagógicos; os estudantes em busca do conhecimento; a sociedade e família com suas forças e influências.

A evasão é considerada pela Comissão Especial para Estudo da Evasão (1996) como a saída definitiva do aluno de seu curso de origem sem concluí-lo e a evasão de instituição é entendida como o desligamento da instituição na qual o estudante estava matriculado. A comissão também conceitua a evasão do sistema quando o aluno abandona o ensino de modo geral. Já a retenção é tida como a permanência dos alunos no curso além do tempo máximo de integralização curricular (BRASIL, 2014).

Nessa perspectiva, a Comissão Especial incluiu em seu estudo não apenas a evasão, mas as taxas de diplomação e de retenção dos alunos dos diferentes cursos analisados. Segundo Brasil (2014), é comum dividir analiticamente as causas em dois grupos: causas internas e causas externas. As primeiras dizem respeito às normas de funcionamento dos cursos e às características de seus currículos, incluindo o regime. As causas externas são aquelas fora do âmbito das instituições de ensino, por exemplo, influências do mercado de trabalho, consubstanciado nas remunerações e status social de cada uma das profissões.

Observa Polydoro (2000) que a evasão nos cursos de graduação tem se mostrado o indicador mais investigado, embora não haja um delineamento nacional que esclareça os fatores de risco da evasão no ensino superior, seja de curso, instituição ou sistema. Para o autor, a evasão tem sido associada a três grandes categorias, conforme tratado no Quadro 1:

Quadro 1 - Categorias associadas à evasão

CATEGORIAS		
Aspectos ligados ao próprio estudante	Fatores relacionados ao curso e instituição	Variáveis socioculturais e econômicas
Habilidades de estudo, formação escolar anterior, escolha do curso/profissão, características de personalidade, adaptação à vida universitária, adaptação às mudanças no ambiente sociocultural, desempenho acadêmico, assiduidade, curso paralelo ou graduação anterior, exigências do trabalho, condições socioeconômicas, distância ou dificuldade de acesso à instituição, disponibilidade de tempo para o estudo, serviço militar, viagem, mudança de cidade, casamento, gravidez, filhos e condições de saúde.	Normas institucionais, estrutura do curso, qualidade do curso, currículo, projeto pedagógico, questões didático-pedagógicas, formação e atuação do professor, programas institucionais para o estudante, estrutura de apoio ao ensino de graduação e ênfase dada à graduação.	Mercado de trabalho, reconhecimento social da carreira escolhida, qualidade do ensino fundamental e médio, contexto socioeconômico e políticas governamentais.

Fonte: Adaptado de Polydoro (2000).

O Documento Orientador para a Superação da Evasão e Retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (2014) também organiza os fatores ou categorias motivadoras da evasão e retenção, seguindo uma divisão que se aproxima da proposta de Polydoro (2000), descrita no Quadro 1. Como pode ser observado no Quadro 2, a seguir, os fatores individuais destacam aspectos peculiares às características do estudante. Os fatores internos são problemas relacionados à infraestrutura, ao currículo, à gestão administrativa e didático-pedagógica da instituição. Por sua vez, os fatores externos às instituições relacionam-se às dificuldades financeiras do estudante de permanecer no curso e às questões inerentes a futura profissão (BRASIL, 2014).

Quadro 2 - Categorização das causas da evasão e da retenção

CATEGORIZAÇÃO DAS CAUSAS DA EVASÃO E DA RETENÇÃO		
FATORES INDIVIDUAIS	**FATORES INTERNOS ÀS INSTITUIÇÕES**	**FATORES EXTERNOS ÀS INSTITUIÇÕES**
✓ Adaptação à vida acadêmica; ✓ Capacidade de aprendizagem e habilidade de estudo; ✓ Compatibilidade entre a vida acadêmica e as exigências do mundo do trabalho; ✓ Descoberta de novos interesses ou novo processo de seleção; ✓ Encanto ou motivação com o curso escolhido; ✓ Escolha precoce da profissão; ✓ Qualidade da formação escolar anterior; ✓ Informação a respeito do curso; ✓ Outras questões de ordem pessoal ou familiar; ✓ Participação e envolvimento em atividades acadêmicas; ✓ Personalidade; ✓ Questões de saúde do estudante ou de familiar; e ✓ Questões financeiras do estudante ou da família.	✓ Atualização, estrutura e flexibilidade curricular; ✓ Cultura institucional de valorização da docência; ✓ Existência e abrangência dos programas institucionais para o estudante (assistência estudantil, iniciação científica, monitoria); ✓ Formação do professor; ✓ Gestão acadêmica do curso (horários, oferta de disciplinas etc.); ✓ Gestão administrativa e financeira da unidade de ensino; ✓ Inclusão social e respeito à diversidade; ✓ Infraestrutura física, material, tecnológica e de pessoal para o ensino; ✓ Motivação do professor; ✓ Processo de seleção e política de ocupação das vagas; ✓ Questões didático-pedagógicas; e ✓ Relação escola-família.	✓ Avanços tecnológicos, econômicos e sociais; ✓ Conjuntura econômica e social; ✓ Oportunidade de trabalho para egressos do curso; ✓ Políticas governamentais para a educação profissional e tecnológica e para a educação superior; ✓ Questões financeiras da instituição; ✓ Reconhecimento social do curso; e ✓ valorização da profissão.

Fonte: adaptado de BRASIL (2014).

2.2 Documento Orientador para a Superação da Evasão e Retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

O Documento Orientador para a Superação da Evasão e Retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica foi elaborado e publicado pelo Ministério da Educação (MEC) em 2014, por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), para delinear um plano de ação que abarcasse o entendimento dos fenômenos da evasão e retenção e medidas para o seu combate. Além disso, estabeleceu a formação de parcerias, o desenvolvimento da pesquisa e inovação, a inserção profissional dos estudantes, a distribuição de cargos e funções às instituições, a capacitação dos servidores e a avaliação de cursos de educação profissional e tecnológica (BRASIL, 2014).

Essas ações foram definidas a partir do Acórdão nº 506, de 2013, que buscou avaliar as ações de estruturação e expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e recomendou à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC) que instituísse, em conjunto com os Institutos Federais, um plano voltado ao tratamento da evasão na Rede Federal de Educação Profissional, que contemplasse: o levantamento de dados de variáveis para permitir identificar os alunos com maior propensão de evasão; inserção de indicadores de evasão, retenção e conclusão para as diferentes modalidades de cursos; análise quanto à viabilidade de adequação dos critérios do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) ou de normatização/regulamentação de outras linhas de assistência estudantil voltadas ao atendimento de alunos com risco de evasão; dentre outras ações (BRASIL, 2013a).

O Acórdão, citado anteriormente, deu origem à Portaria SETEC nº 39, de 22 de novembro de 2013, que instituiu o Grupo de Trabalho com a atribuição de elaborar relatório dos índices de evasão, retenção e conclusão para diferentes modalidades de cursos; e elaborar manual de orientação para o combate à evasão, incluindo o diagnóstico do aluno ingressante com propensão à evasão, identificação das causas e utilização de monitorias, tutorias e reforço escolar (BRASIL, 2013b).

O Grupo de Trabalho foi composto por representantes de vários órgãos:

- Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC, Diretoria de Políticas de Educação Profissional e Tecnológica;
- Coordenação-Geral de Políticas de Educação Profissional e Tecnológica e;

- Coordenação-Geral de Planejamento e Gestão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (BRASIL,2013b).

O Documento Orientador para a Superação da Evasão e Retenção na Rede Federal buscou responder as solicitações do Acórdão nº 506, de 2013, no que tange ao tratamento da evasão, metas e compromissos de indicadores de evasão, retenção e conclusão, contribuindo, assim, para que a expansão da rede seja executada de maneira estruturada em todas as suas dimensões. O documento orientador oferece subsídios para o planejamento de ações ao enfrentamento dos fenômenos de evasão e retenção.

> Para a elaboração desse Documento, foram realizadas reuniões presenciais e a distância, oficinas com gestores da Rede Federal e pesquisas exploratórias e diagnósticas. As atividades tiveram o objetivo de definir a base conceitual da análise, dimensionar os fenômenos da evasão e retenção, discutir e analisar os dados extraídos do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC) e categorizar e definir causas da evasão e retenção e medidas para superação, com base na literatura e em diagnóstico realizado pelas instituições que integram a Rede Federal (BRASIL, 2014, p.4).

De acordo com o documento orientador (BRASIL, 2014), ao tratarmos da relação entre educação, instituições de ensino e sociedade, deparamo-nos com questões conflitantes como a retenção e evasão, desde a educação básica até a educação superior.

2.3 Educação Profissional e os Cursos Superiores de Tecnologia

Para compreender o surgimento dos cursos superiores de tecnologia, deve-se observar o contexto da industrialização brasileira e a legislação pertinente às políticas educacionais, principalmente as reservadas às classes trabalhadoras. Também é preciso ter em mente as competências exigidas de tais profissões que nortearam os direcionamentos dos vários governos pelos quais passamos.

No entendimento de Brandão (2006), as implantações desses cursos, desde as décadas de 1960 e 1970, explicitam a formatação da educação direcionada à classe trabalhadora, que é retomada na década de 1990 com novas legislações. A educação estava voltada ao mercado de trabalho e aos meios de produção na busca da modernização do parque fabril brasileiro.

A Lei Federal 4.024, de dezembro de 1961, determinava a possibilidade da organização de cursos ou escolas experimentais, com currículos, métodos e períodos escolares próprios (BRASIL, 1961). Esta determinação, para alguns autores, foi o primeiro passo formal no sentido de criar cursos superiores diferenciados. Outro marco considerado importante foi à promulgação da Lei 5.540, de 28 de novembro de 1968, que fixou normas de organização e funcionamento do ensino superior. Vale ressaltar as menções do Artigo 23, Parágrafo 1º:

> Art. 23. Os cursos profissionais poderão, segundo a área abrangida, apresentar modalidades diferentes quanto ao número e à duração, a fim de corresponder às condições do mercado de trabalho. §1º Serão organizados cursos profissionais de curta duração, destinados a proporcionar habilitações intermediárias de grau superior. (BRASIL, 1968).

Para Brandão (2006), essa lei implantou uma Reforma Universitária no sentido de difundir cursos superiores de curta duração em diferentes áreas para atender o mercado de trabalho. Salienta, ainda, o autor:

> Já nos primeiros anos da década de 1960 se fortalece todo um debate acerca da necessidade de se reformular nosso sistema universitário, considerando-se, dentre outros, dois problemas centrais: primeiro, apesar da expansão do ensino superior no período republicano, à pressão, por parte dos jovens, quanto ao acesso aos níveis superiores de educação tornava-se cada vez maior; segundo, a constatação de que nosso sistema universitário estava desvinculado da realidade nacional, não sendo capaz de formar os jovens para enfrentar o processo de desenvolvimento urbano e industrial que ocorria. (BRANDÃO, 2006, p. 3).

Tais tendências dessa época levaram a pareceres do Conselho Federal de Educação em 1962 e anos seguintes, com proposta de criação de modalidade distinta de engenheiros, ou seja, cursos denominados *engenharia de operação*, de curta duração e focados nas demandas das indústrias, tornando a nova modalidade curso de engenharia, definida como uma formação profissional tecnológica de nível superior (BRANDÃO, 2006).

Na década de 1970, o Estado de São Paulo, região mais industrializada do país, teve a experiência de reconhecer, por meio do Decreto Federal nº 74.708/74 (BRASIL, 1974), os cursos de Técnico de Nível Superior em Construções Civis e de Mecânica, ministrados pela Faculdade de Tecnologia de São Paulo, mantida pelo Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, considerado importante incentivo aos cursos superiores de Tecnologia.

Marco importante nas perspectivas para educação profissional e dos cursos de tecnologia foi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, que apontou para a reformulação do sistema educacional, que já em seu art. 1º, § 2º salienta que a educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho, dando certo destaque à educação profissional.

Em seu capítulo III, exclusivo para tratar da educação profissional, destaca, dentre vários fatores, no art. 39 “A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva” (BRASIL, 1996b).

Desde as primeiras abordagens que tratavam da relação dos cursos profissionalizantes e sua dependência com o mercado, até as leis mais contemporâneas, observa-se as mesmas condicionantes. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 trata a educação profissional bem definida como segue:

> Art. 10. Os cursos de nível superior, correspondentes à educação profissional de nível tecnológico, deverão ser estruturados para atender aos diversos setores da economia, abrangendo áreas especializadas, e conferirão diploma de Tecnólogo. (BRASIL, 1996b).

A menção de atender diversos setores da economia retrata o objetivo vocacionado dos cursos superiores de tecnologia, independente dos desejos de docentes ou discentes. A legislação atribui ao tecnólogo abrangências às áreas especializadas do mercado.

2.3.1 Rede Federal de Educação: Evasão e Retenção

Data de 1909, a criação de 19 escolas de Aprendizes e Artífices, ocorridas na gestão do Presidente da República Nilo Peçanha. Mais tarde, essas escolas dariam origem aos Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica (CEFETs) (REDE FEDERAL, 2017).

O contexto histórico da criação das escolas profissionalizantes federais é observado, claramente, na redação do Decreto presidencial nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, que salienta que esta ação é motivada por argumentos da população que exigem que se facilitem as classes proletárias meios de vencer as

dificuldades na luta pela existência, habilitar os filhos dos desfavorecidos o preparo técnico e intelectual, afastando-os da ociosidade ignorante, do vício e do crime.

Mesmo diante da perspectiva de apoio a classes desprovidas, a ação governamental da época deu o primeiro passo para a instalação de uma ampla rede de educação, presente nos dias atuais. A emancipação de tal rede passou por diversos obstáculos desde as Escolas de Aprendizes e Artífices, Liceus Industriais, Escolas Industriais e Técnicas, Escolas Técnicas Federais, incorporação de Escolas Agrícolas, CEFETs, chegando a Universidade Tecnológica Federal e Institutos Federais, transpondo todos os tipos de adversidades de vários governos que se apresentaram, alguns incentivando a Rede Federal, ou se opondo a tais crescimentos.

O Quadro 3, a seguir, demonstra os principais fatos históricos referentes à Rede Federal:

Quadro 3 - Acontecimentos históricos da Rede Federal de Educação

PERÍODOS	ACONTECIMENTOS
1909	O presidente Nilo Peçanha assina o Decreto 7.566 em 23 de setembro, criando inicialmente 19 Escolas de Aprendizes, subordinadas ao Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio.
1927	O Congresso Nacional sanciona o Projeto de Fidélis Reis, que prevê o oferecimento obrigatório do ensino profissional no país.
1937	Promulgada a nova Constituição Brasileira que trata pela primeira vez do ensino técnico, profissional e industrial. É assinada a Lei 378, que transforma as Escolas de Aprendizes e Artífices em Liceus Industriais, destinados ao ensino profissional, de todos os ramos e graus.
1941	Vigora uma série de leis, conhecidas como a “Reforma Capanema”, que remodelam todo o ensino no país. Os principais pontos: o ensino profissional passa a ser considerado de nível médio; o ingresso nas escolas industriais passa a depender de exames de admissão; os cursos são divididos em dois níveis: curso básico industrial, artesanal, de aprendizagem e de mestria, e o segundo, curso técnico industrial.
1942	O Decreto 4.127, de 25 de fevereiro, transforma os Liceus Industriais em Escolas Industriais e Técnicas.
1959	As Escolas Industriais e Técnicas são transformadas em autarquias com o nome de Escolas Técnicas Federais, com autonomia didática e de gestão.
1967	Decreto 60.731 transfere as Fazendas Modelos do Ministério da Agricultura para o Ministério da Educação e Cultura que passam a funcionar como escolas agrícolas.
1971	A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira torna técnico-profissional todo currículo do segundo grau compulsoriamente. Um novo paradigma se estabelece: formar técnicos sob o regime da urgência.
1978	A Lei 6545 transforma três Escolas Técnicas Federais (Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro) em Centros Federais de Educação Tecnológica.

1994	Lei 8.948, de 8 de dezembro institui o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, transformando, gradativamente, as ETFs e as EAFs em CEFETs; a expansão da oferta de educação profissional somente ocorrerá em parceria com Estados, Municípios e Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não governamentais, que serão responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino.
1997	O Decreto 2.208 regulamenta a educação profissional e cria o Programa de Expansão da Educação Profissional (Proep)
2005	Institui-se, pela Lei 11.195, que a expansão da oferta da educação profissional preferencialmente ocorrerá em parceria com Estados, Municípios e Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não governamentais; lançada a primeira fase do Plano de Expansão da Rede Federal, com a construção de 60 novas unidades de ensino pelo Governo Federal. O Cefet Paraná passa a ser Universidade Tecnológica Federal do Paraná.
2008	Articulação para criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Lei n. 11.892 de 2008.
2011 - 2014	Entrega de 208 novas unidades, a Rede Federal atinge a marca de 562 unidades em atividade no País.

Fonte: adaptado de Rede Federal (2017).

Mesmo com toda a experiência vivenciada por uma instituição centenária como a da Rede Federal de Educação, os índices de evasão, retenção e conclusão afetam mesmo as mais tradicionais instituições.

Silva (2013), em seu estudo sobre a baixa taxa de conclusão dos cursos técnicos da rede federal de educação profissional e tecnológica, salienta que pouco menos de 40% dos alunos dos cursos técnicos conseguem concluir o curso escolhido. Segundo o autor, esse fenômeno tem várias causas, divididas entre externas e internas às organizações estudantis. A base utilizada como fonte de coleta de dados foi o Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (Sistec). Ao final de seu trabalho, o autor propõe um Plano de Ações Integradas de Combate à Evasão e Reprovação, composto de ações tidas como preventivas, de monitoramento, corretivas, todas na tentativa de diminuir os riscos de evasão.

Em se tratando de Curso Superior de Tecnologia, Scali (2009) estudou a evasão com o objetivo de identificar e analisar os motivos que levam os alunos a abandonar os cursos. A coleta de dados foi realizada em uma Instituição de Ensino Superior Pública do Estado de São Paulo e mostrou que os principais motivos da evasão dizem respeito a: definição do curso de ingresso, localização da instituição, formação e atuação profissional do tecnólogo, condições relacionadas ao trabalho e condições financeiras que os levaram a evasão.

No contexto de permanência e abandono escolar vivido pelos Institutos Federais, Coelho (2014) procurou analisar tais questões a partir da visão de estudantes e ex-estudantes de cursos técnicos concomitantes e subsequentes da área da indústria. A pesquisa se deu em Instituições Federais de Joinville e Jaraguá do Sul, no Estado de Santa Catarina.

A autora analisou as informações em categorias relativas a fatores internos e externos à escola, a fatores didáticos e pedagógicos e às políticas públicas de apoio à permanência escolar. Seus resultados apontam para uma relação complexa e contraditória entre os motivadores do abandono e permanência, alguns aparecem em alguns casos como motivadores para permanência e outras vezes como geradores do abandono. Destacam-se em suas abordagens os elementos da relação entre discentes e educadores, relação entre trabalho, estudo e família e atuais políticas de apoio à permanência.

Por meio da aplicação de questionário para estudantes que deixaram de frequentar os cursos, foram verificadas influências de alguns itens mais fortemente para o abandono, como seguem: não conseguir conciliar trabalho e estudo, dificuldades para aprender, problemas de saúde, falta de tempo para estudar, problemas de relacionamento com professores, problemas financeiros, a Instituição não atendeu as expectativas, greve, falta de identificação com o curso, curso não atendeu as expectativas e problemas familiares (COELHO, 2014).

Nota-se que o debate relacionado com os fenômenos de evasão, retenção e conclusão não se extinguem tão facilmente, tornando-se um rico campo de discussão para a busca de melhores resultados das instituições. No capítulo que segue, apresentaremos os procedimentos metodológicos utilizados para coleta de dados quantitativos e qualitativos que subsidiaram os resultados da pesquisa.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Tomando como base o problema de pesquisa e os objetivos deste trabalho, o estudo da evasão foi desenvolvido por meio da coleta e análise de dados quantitativos e qualitativos. De acordo com Ramos (2014), a análise de dados nas pesquisas quantitativas pressupõe o uso da estatística como uma ferramenta essencial. Ela pode ser utilizada de duas maneiras fundamentais: "[…] para descrever dados e para testar hipóteses" (APPOLINÁRIO, 2011 *apud* RAMOS, 2014, p. 41-42). Por outro lado, ainda de acordo com Ramos (2914), a análise de dados na abordagem qualitativa tem por objetivo principal "[…] compreender um fenômeno em seu sentido mais intenso, em vez de produzir inferências que possam levar à constituição de leis gerais ou a extrapolações que permitam fazer previsões válidas sobre a realidade futura" (APPOLINÁRIO, 2011, p. 159 *apud* RAMOS, 2014, p. 43).

É preciso destacar, ainda, o que diz Otani (2016), para quem "denominam-se procedimentos ou métodos as atividades práticas necessárias para a coleta dos dados com os quais o pesquisador irá conduzir seu trabalho de análise e as possíveis inferências" (OTANI, 2016, p. 33).

Sob a perspectiva do tema desta pesquisa, também é preciso considerar que o Documento Orientador (BRASIL, 2014) elaborado pela SETEC aponta o caminho de observação dos fenômenos de evasão e retenção. Portanto, para o levantamento dos dados quantitativos recorremos ao SISTEC – Sistema Institucional de Gestão Acadêmica (2016) para a identificação das instituições, cursos, turmas cadastradas e alunos, com os respectivos *status*, de acordo com os termos usados no documento, de abandono, desligamento, conclusão ou em curso:

> "SISTEC" é a sigla do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica. É um sistema eletrônico do Governo Federal, cujo objetivo é promover mecanismos de registro e controle dos dados da educação profissional e tecnológica do país. Trata-se de uma base de dados pioneira, de preenchimento on-line e atualização constante, inovadora no país por conter dados sobre instituições de ensino que ofertam cursos de todos os níveis, infantil, fundamental, médio, formação inicial e continuada (FIC), técnico de nível médio, graduações e pós-graduações, bem como dados referentes aos alunos desses níveis de ensino. (SISTEC, 2012, p. 3).

Para a elaboração do diagnóstico qualitativo, o documento orientador salienta ser necessário utilizar o registro e controle dos dados do SISTEC e que, de posse dos dados quantitativos, deverá ser realizada, numa proposta de inserção contributiva, a participação de todos os segmentos da instituição na identificação das

causas do problema e na proposição de medidas para superar ou mitigar os efeitos da evasão e retenção.

As taxas de conclusão, evasão e retenção do ciclo podem ser calculadas a partir das seguintes fórmulas:

a) ***Taxa de conclusão do ciclo*** *= estudantes que concluíram o curso com êxito ÷ ingressantes do ciclo*

b) ***Taxa de evasão do ciclo*** *= estudantes que tiveram a matrícula finalizada sem êxito no ciclo ÷ ingressantes do ciclo*

c) ***Taxa de retenção do ciclo*** *= estudantes com tempo de matrícula maior do que o tempo de duração do ciclo ÷ ingressantes do ciclo (BRASIL, 2014, P. 25).*

Nessa perspectiva, a metodologia utilizada ao longo deste trabalho busca conhecer e analisar os níveis de evasão e causas que mais afetam a permanência e o êxito dos alunos do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar do IFSC - Câmpus Joinville, categorizando os dados nos diversos fatores individuais, sociais, econômicos, culturais e acadêmicos.

3.1 Coleta de Dados Quantitativos

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar do IFSC – Câmpus Joinville iniciou sua oferta no segundo semestre de 2009, sendo que desde essa data vem sendo ofertado com abertura semestral de quarenta novas vagas.

Com o apoio do setor de registro acadêmico, que dispõe do perfil de acesso adequado para consultas ao SISTEC, foram geradas listagens dos alunos matriculados desde o segundo semestre de 2009 até os ingressantes do primeiro semestre de 2014 e que encerraram os seis semestres previstos de curso no segundo semestre de 2016. Sendo a amostra distribuída da seguinte forma:

Quadro 4 - Ciclos de Matrículas do CST em Gestão Hospitalar

Ciclo do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar	
Ano de Ingresso no Curso/Semestre	**Ano de Conclusão do Curso/Semestre**
2009/2	2012/1
2010/1	2012/2
2010/2	2013/1
2011/1	2013/2
2011/2	2014/1
2012/1	2014/2
2012/2	2015/1
2013/1	2015/2
2013/2	2016/1
2014/1	2016/2

Fonte: o autor (2017).

Para a presente pesquisa, a consulta ao referido sistema se notabiliza por apresentar o *status* da matrícula, ou seja, a condição dos alunos que foram matriculados originalmente com as respectivas informações de conclusão, abandono, desligado ou em curso, o que possibilita gerar indicadores de êxito, permanência ou evasão.

Dessa forma, pretendeu-se trilhar um percurso para alcançar informações quantitativas que auxiliarão no entendimento do fenômeno estudado de evasão.

3.2 Coleta de Dados Qualitativos

No diagnóstico qualitativo, reside a busca da identificação das causas do problema de evasão. Em síntese, a coleta se dará com os alunos evadidos durante o ciclo de formação, a partir do levantamento dos dados quantitativos.

Os alunos evadidos foram entrevistados individualmente, por telefone, no período de maio a junho de 2017. As questões feitas a eles visaram identificar a forma de conhecimento do curso, das causas da evasão do curso, do período da evasão, dos programas institucionais de conhecimento dos evadidos que poderiam diminuir a evasão no curso e outras questões que o aluno desejasse expressar.

Partindo das respostas conseguidas nas entrevistas, os dados foram tabulados e classificados conforme os fatores individuais, internos e externos (cf. BRASIL, 2014) que levaram à saída do curso, para que, posteriormente, pudessem ser analisados e sugeridas ações de intervenção para a superação da evasão.

Em casos de cadastros desatualizados dos alunos e com isso a dificuldade em encontrá-los, uma possibilidade de resgate da informação de desistência do curso foi a pesquisa no setor de registro acadêmico que mantém documentação dos estudantes e alguns destes quando da desistência formalizam por meio de requerimento e de forma facultativa informa o motivo da saída do curso.

O caminho percorrido na elaboração do diagnóstico qualitativo, e posterior análise de resultados, partiu, como já antecipado, da metodologia sugerida pelo Documento Orientador para a Superação da Evasão e Retenção nos IFs (BRASIL, 2014).

No momento da entrevista, foi preenchido o registro de entrevista que direcionou a coleta de dados (APÊNDICE A).

Com a questão de pesquisa, objetivos, delimitação metodologia e fundamentação teórica aqui descritos, este trabalho segue, no próximo capítulo, com os Resultados da Pesquisa, abordando as causas da evasão indicadas pela análise dos dados coletados e, ao analisar cada uma delas, buscamos apresentar propostas de ações para reduzir cada um dos fatores indicados pelos alunos como as causas da evasão do curso. Por fim, encerramos com as Considerações Finais e sugestões para futuras pesquisas sobre o tema.

3.3 O Ambiente Estudado

3.3.1 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina

O IFSC foi criado com o objetivo de formar os filhos de classes socioeconômicas menos favorecidas, tendo sido criado pelo decreto n. 7.566, de 23 de setembro de 1909, pelo presidente Nilo Peçanha em Florianópolis capital do estado de Santa Catarina. A denominação dada na época era Escola de Aprendizes Artífices com o ensino primário, formação em desenho, oficinas de tipografia, encadernação e pautação, carpintaria, escultura e mecânica para ferraria e serralheria (IFSC, 2017). Observa-se, dessa forma, que a história da instituição está ligada à própria história de criação da rede.

O Quadro 5, a seguir, ilustra os marcos históricos importantes no desenvolvimento da instituição.

Quadro 5 - Acontecimentos históricos do Instituto Federal de Santa Catarina

PERÍODOS	ACONTECIMENTOS
1909	Criação da Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina.
1910	Instalação na primeira sede cedida pelo governo do Estado no centro de Florianópolis.
1937	Mudança de nome e status, para Liceu Industrial de Florianópolis.
1942	Transformou-se em Escola Industrial de Florianópolis.
1962	Transferência para nova sede, avenida Mauro Ramos, centro de Florianópolis.
1965	Passou a denominação de Escola Industrial Federal de Santa Catarina, com a lei n. 4.759 de 20 de agosto.
1968	Por meio da portaria ministerial n. 331, de 17 de junho, tornou-se Escola Técnica Federal de Santa Catarina.
Décadas de 1970 e 1980	Implantação de novos cursos, como os de Estradas, Saneamento, Eletrônica, Eletrotécnica, Telecomunicações e Refrigeração e Ar Condicionado.
1988	Início da oferta de cursos em São José, cidade metropolitana de Florianópolis, em um prédio cedido pela prefeitura.
1991	Inauguração da Unidade São José, em instalações próprias – primeira unidade de ensino do IFSC fora da capital.
1994	Implantada a terceira unidade de ensino da instituição, a primeira no interior de Santa Catarina, na cidade de Jaraguá do Sul, região norte do estado.
1995	Passou a ofertar Curso Técnico de Enfermagem no município de Joinville, como extensão da Unidade Florianópolis.
2002	Transformação para CEFET-SC oficializada em 27 de março, amparada na lei federal n. 8.948 de 08 de dezembro de 1994. Passando a ofertar cursos superiores de tecnologia e de pós-graduação *lato sensu*.
2006	Implantação de 03 novas unidades de ensino como parte do plano de expansão da rede federal de educação.
2008	Com a Lei 11.892 de 29 de dezembro, transformou-se em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Permitindo a oferta de educação profissional e tecnológica, com inserção na área da pesquisa e extensão. Neste ano inaugurada a unidade de Araranguá, sul do estado de Santa Catarina.
2009	Passou por uma nova etapa de expansão, com a implantação dos câmpus Caçador, Canoinhas, Criciúma, Gaspar, Itajaí, Lages, São Miguel do Oeste e Urupema.
2010	Federalização dos câmpus Geraldo Werninghaus em Jaraguá do Sul e Xanxerê. Implantação dos câmpus Garopaba e Palhoça Bilíngue.
2011	Criação dos câmpus São Carlos, Tubarão como parte do Plano de Expansão III.
2014	Autorização do CÂMPUS avançado de São Lourenço do Oeste.

Fonte: adaptado de IFSC (2017).

Atualmente, o IFSC conta com 23 câmpus, localizados em 20 municípios do estado de Santa Catarina, cobrindo todas as regiões do estado, além de contar com polos de educação a distância de redes como a Universidade Aberta do Brasil e o E-

Tec, o que permite uma inserção ainda mais ampla, passando as fronteiras do estado sede (IFSC, 2017).

A instituição oferece variados cursos, passando pela qualificação profissional, com cursos de formação inicial e continuada, PROEJA, cursos técnicos integrados com ensino médio, cursos técnicos concomitantes com o ensino médio em outra instituição, cursos técnicos subsequentes pós-médio, graduação nas modalidades de tecnologia, bacharelado e licenciatura. Também atua nos cursos de especialização *lato sensu* e mestrado – *stricto sensu*.

Enfim, o IFSC notabiliza-se pela estrutura descentralizada de oferta em várias regiões do estado, com cursos nas mais diversas áreas do conhecimento, apoiando o desenvolvimento das comunidades em que atua, valendo-se de sua maturidade de instituição centenária que conseguiu aproveitar oportunidades econômicas, políticas e sociais para seu crescimento.

3.3.2 O Câmpus Joinville

O IFSC iniciou as atividades no município de Joinville após convênio com o Hospital Dona Helena, em 1994, implantando uma Gerência Educacional de Saúde. Tratava-se de uma parceria para funcionamento do Curso Técnico em Enfermagem. Naquela ocasião, o hospital cedeu suas instalações e equipamentos e o IFSC disponibilizou o quadro de docentes (IFSC, 2017).

Em 2006, o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica permitiu a transformação da Gerência Educacional em Unidade de Ensino inaugurando sede própria. A oferta de curso foi ampliada para a área industrial com os cursos Técnicos em Eletroeletrônica e Mecânica Industrial, além do curso Técnico em Enfermagem (IFSC DEIA, 2017).

Nova ampliação na oferta de cursos ocorreu em 2009 com os cursos Superiores de Tecnologia em Gestão Hospitalar e Mecatrônica Industrial. Em 2011, iniciou os cursos técnicos integrados ao Ensino Médio em Eletroeletrônica e Mecânica.

Tomando como base o ano de 2016, o Anuário Estatístico IFSC contabilizou 1920 alunos com vínculo oficial no Câmpus Joinville. Correspondendo aos alunos matriculados que frequentaram pelo menos um dia as aulas o período de referência.

Foram oferecidos, no ano de 2016, no referido câmpus 27 cursos dentre eles de bacharelado, tecnologia, técnico e FIC, nos tipos de ofertas concomitante,

integrado e subsequente, ainda nos diversos turnos: matutino, vespertino e noturno. Os principais eixos tecnológicos atendidos no Câmpus Joinville são os de ambiente e saúde, controles e processos industriais, produção industrial dentre outros (IFSC, 2017).

A infraestrutura do câmpus é composta por salas de aula, laboratórios, biblioteca, auditório, cantina e quadra poliesportiva. Ainda, em relação às melhorias da infraestrutura, no mês de fevereiro de 2017 iniciou-se a construção de um novo bloco de três pisos que incrementará em aproximadamente 1.250 m² a área física, com novas salas de aula e biblioteca.

O Câmpus Joinville oferece cursos técnicos da área da saúde e indústria. O curso técnico subsequente de Enfermagem, o curso mais antigo oferecido na cidade, com duração de quatro semestres, em 1800 h/aula, atua na promoção, prevenção, recuperação e reabilitação dos processos saúde-doença, atendendo o mercado de trabalho com a inserção dos profissionais em hospitais, clínicas, postos de saúde, empresas e domicílios.

O curso técnico em Eletroeletrônica é oferecido nas formas de integrado e concomitante, sendo que o profissional dessa área atua no planejamento e execução de instalação e na manutenção de equipamentos eletroeletrônicos industriais, sistemas de acionamento e controle eletroeletrônicos. O mercado de trabalho para este profissional é composto de empresas de manutenção e automação industrial, laboratórios de controle de qualidade, de manutenção e pesquisa, dentre outros (IFSC, 2017).

No curso técnico em Mecânica, o profissional elabora projetos, ferramentas, máquinas e equipamentos mecânicos, planeja, aplica e controla procedimentos de instalações e de manutenção mecânica de máquinas e equipamentos. Da mesma forma, é oferecido como integrado ao ensino médio ou concomitante a este. O mercado de trabalho para este profissional passa pelas empresas prestadoras de serviços, indústrias, fábricas de máquinas, equipamentos, componentes mecânicos, laboratórios de controle de qualidade, de manutenção e pesquisa.

O Câmpus Joinville oferece cursos superiores de graduação em Enfermagem, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica e Gestão Hospitalar.

O curso superior de Enfermagem é o mais recente, aprovado em 2017. Procurará formar enfermeiros para atuar em vários setores de um hospital, clínicas, postos de saúde e outros, aptos a gerenciar o processo de trabalho no Sistema

Único de Saúde e Saúde Suplementar. O curso prevê uma duração de 10 semestres, totalizando 4140 h/aula. Tem como mercado de trabalho instituições de saúde públicas, privadas ou filantrópicas, serviços de saúde públicos, privados e filantrópicos, instituições de longa permanência, empresas em geral, escolas e instituições de pesquisa (IFSC, 2017).

O curso de Engenharia Elétrica, por sua vez, procura a formação do profissional voltado para instalações elétricas, equipamentos, sistemas de energia, eletromagnetismo, máquinas elétricas e outros. Estará apto a coordenar, planejar, supervisionar e executar projetos nas áreas de eletrotécnica, sistemas de potência, automação e produção industrial. O curso conta com duração de 10 semestres, totalizando 4084 h/aula.

Já o curso de bacharelado em Engenharia Mecânica busca a formação para atuar no desenvolvimento de produtos e processos, planejamentos de instalação e manutenção de máquinas e sistemas, projetos de estruturas e equipamentos, dentre outras atividades. A carga horária é de 4160 h/aula, previstas para 10 semestres. O mercado de trabalho para este profissional conta com indústrias de base, produtos ao consumidor, produção de veículos, setor de instalações de geração de energia, refrigeração e climatização, bem como indústrias de máquinas e equipamentos, empresas prestadoras de serviços, órgão governamentais, consultorias e instituições de ensino.

Para finalizar, observa-se que o curso superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar forma profissionais para atuar no planejamento, organização e gerenciamento dos processos de trabalho em saúde. Este curso será apresentado com mais detalhes, a seguir, por termos como proposta analisar os índices de evasão e investigar caminhos possíveis para a permanência e êxito de alunos que passam por essa formação.

3.3.3 O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar

O curso superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar é apresentado pelo Catálogo de Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia de 2016 no eixo tecnológico de Ambiente e Saúde, com carga horária mínima de 2400 horas. No perfil profissional de conclusão é requerido o gerenciamento dos processos de trabalho, sistemas de informação, recursos humanos, recursos materiais e financeiros em saúde, coordenar planejamento estratégico, organizar fluxos de

trabalhos, controlar compras e custos, estruturar áreas de apoio, supervisionar contratos e convênios, gerenciar a qualidade dos serviços, desenvolver programas de ampliação e avaliação de tecnologias em saúde e elaborar parecer técnico.

O catálogo ainda salienta a necessidade de biblioteca com acervo específico e atualizado, além de contar com laboratório de informática. Indica a área de Administração, entre outras, para o prosseguimento de estudos na pós-graduação e elenca como campo de atuação os hospitais, clínicas, laboratórios, serviços de diagnóstico, empresas prestadoras de serviço em saúde, serviços de apoio e logística hospitalar, operadoras e cooperativas de saúde, institutos e centros de pesquisa e instituições de ensino.

O curso superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar do Campus Joinville foi aprovado pela Resolução n° 013 do Conselho Superior do IFSC - datada de 09 de abril de 2009, com carga horária total de 2.600 horas, sendo 200 horas de estágio, integralização mínima de seis semestres e máxima de 12 semestres, com oferta de 80 vagas anuais, ou seja, duas turmas com 40 vagas, sendo oferecido no período noturno.

O curso foi implantado no segundo semestre de 2009, quando iniciaram efetivamente as aulas com a primeira turma de ingressantes. O Projeto Pedagógico do Curso – PPC inicial aprovado na resolução, citada anteriormente, justificava a abertura de vagas nesta área de atuação visando fornecer ao mercado de trabalho profissional empreendedor, com visão de futuro, espírito crítico e competitivo, para atuar como consultor, prestador de serviços e como colaboradores de empresas do setor de saúde (IFSC, 2009).

Os objetivos da oferta desta modalidade, segundo o projeto do curso, buscavam formar gestores com competências e habilidades para administrar instituições de saúde pública ou privada, mais especificamente formar e também atualizar gestores para atuação na área da saúde, como: hospitais, clínicas e policlínicas, unidades de saúde, ambulatórios de pronto atendimento, capacitados para políticas públicas entre outras.

Quanto à forma de ingresso, estava prevista que se daria por meio de processo seletivo do tipo vestibular, semestralmente e para candidatos que concluíram no mínimo o ensino médio.

Quanto ao regime de ensino do curso, optou-se pelo ensino por competência modular, sendo que o aluno que fosse aprovado em todas as unidades curriculares

do módulo segue, automaticamente, para o módulo seguinte. Já no caso de reprovação deve cursar as unidades pendentes e o modulo corrente desde que tenha disponibilidade de vaga da unidade curricular do presente módulo e compatibilidade de horários entre as unidades curriculares pendentes e as do atual módulo (IFSC, 2009).

O PPC em questão previa ainda que o estudante não poderia cursar unidades curriculares do módulo 3 sem antes ter concluído todas as unidades curriculares do módulo 1. Da mesma forma, cursar unidades do módulo 4 sem antes ter concluída as unidades do módulo 2 e assim por diante.

Nesta primeira fase de implantação, o curso era ministrado de segunda a sexta-feira, com início das aulas às 18h30 e fim às 22h30, com intervalo de 20 minutos.

Quanto à organização curricular, o curso estava estruturado em seis módulos sequenciais e integrados, com cargas horárias das unidades curriculares variando entre 40 horas, 60 horas ou 80 horas semestrais, prevendo a participação do aluno em estágio curricular obrigatório e trabalho de finalização de curso.

Quanto à avaliação de aprendizagem, está prevista de acordo com a metodologia de ensino por competências adquiridas com o conhecimento, habilidades e atitudes. Além da frequência mínima de 75%, a final de cada unidade curricular, o aluno recebe o conceito de apto ou não apto de acordo com o resultado do processo ensino aprendizagem. A avaliação é distribuída em uma escala de três conceitos para aprovação e um para reprovação, sendo “E” - excelente, “P” – proficiente, “S” – suficiente e “I”[1] – insuficiente, este último que leva à reprovação. Sendo o registro final apresentado como “apto”, “não apto” ou “pendente”, este último quando o aluno reprova em até duas unidades curriculares, então poderá cursar pendências e acima de duas unidades necessitando refazer todo o módulo.

Quanto ao TCC – Trabalho de Conclusão de Curso, o PPC previa que o mesmo enfocaria a metodologia científica na pesquisa, investigação, assistência, educação e demais ações de Gestão em Saúde, desenvolvido a partir do quarto módulo, em horário oposto aos das unidades curriculares, assim que o discente iniciar o estágio é vinculado ao TCC de modo a desenvolvendo aspectos

[1] Esta escala de avaliação foi modificada pela Resolução nº 41, de 20 de novembro de 2014 que aprovou o Regulamento Didático-pedagógico do IFSC conforme Art. 41. O resultado da avaliação final será registrado por valores inteiros de 0 (zero) a 10 (dez).

encontrados em sua vivência prática adquirida no ambiente de estágio. Ainda quanto ao TCC, vale salientar a possibilidade de elaboração prevista no PPC por um grupo de até quatro estudantes e ao final a apresentação para banca examinadora.

Quanto ao Estágio, este processo é vislumbrado como parte educativa, profissional e com vistas à cidadania. É uma etapa importante do curso, obrigatório para a obtenção do diploma, com carga horária de 200 horas, com a obrigatoriedade de entrega de relatório final e supervisionado por professor orientador que atribui conceito a esta etapa de estágio.

O Curso de Gestão Hospitalar, no período de 18 a 21 de novembro de 2012, passou pelo processo de reconhecimento do curso por parte do MEC - Ministério da Educação, gerando o relatório de avaliação a partir do Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação presencial e a distância. O referido relatório percorreu várias dimensões do curso e que valem ser destacadas neste trabalho, pois poderão adiante, auxiliar na análise de questões relacionadas ao comportamento do aluno em relação a instituição e curso.

A comissão de avaliação elaborou análise documental a respeito do curso e verificou, dentre vários pontos, alguns que merecem ser destacados a seguir: na organização didático-pedagógica as políticas institucionais de ensino, de extensão e de pesquisa constantes no PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional - IFSC foram implantadas de maneira insuficiente no âmbito do curso; em relação à estrutura e conteúdos curriculares, observou-se que se apresentaram de forma desordenada dentro do perfil previsto para a formação do aluno; a estrutura curricular implantada contemplava de maneira insuficiente os aspectos de flexibilidade, interdisciplinaridade, compatibilidade de carga horária, articulação da teoria com a prática, notando-se falta de continuidade; os conteúdos curriculares possibilitavam, de maneira insuficiente, o desenvolvimento do perfil profissional; as atividades pedagógicas foram caracterizadas com insuficiente coerência com a metodologia prevista principalmente pela ordem oposta de oferta das disciplinas (MEC, 2012).

Quanto à dimensão de avaliação que tratou da infraestrutura, constatou naquela ocasião que o acervo bibliográfico não atendia em quantidade suficiente a bibliografia básica, não existindo também periódicos especializados, indexados e corrente, constatou-se ainda que a biblioteca não atendia plenamente às

necessidades da instituição em relação a ambientes de estudos individuais e em grupo (MEC, 2012).

Diante do exposto pela Comissão de Avaliação do MEC e a observação dos docentes do curso, o processo de revisão e alteração do Projeto Pedagógico do Curso ocorreu por meio da abertura de comissão, finalizando as atividades no ano de 2014, sendo que a primeira turma sob a organização do novo PPC iniciou as aulas no segundo semestre de 2015.

O novo PPC (IFSC, 2014) buscou incorporar melhorias em vários aspectos relacionados, a seguir, os principais: quanto à oferta do curso, o mesmo passou a ser ofertado também no período vespertino, inseriu a Língua Brasileira de Sinais com disciplina optativa, incluiu o conteúdo de educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na ementa da unidade curricular Políticas Públicas, incluiu o Estatuto da Igualdade Racial e saúde da população negra na unidade curricular Aspectos Básicos do Direito, além da inclusão da possibilidade de desenvolver estratégias que possibilitem atuar com 20% da carga horária do curso na modalidade a distância. Também foram revisadas as cargas horárias, conteúdos, objetivos gerais, objetivos específicos, bibliografias de cada uma das unidades curriculares, implementada atividades complementares ao longo do curso, com no mínimo 48 horas que o aluno deverá cumprir.

Um destaque nas alterações desencadeadas pelo novo PPC foi a implantação da matrícula por unidade curricular, sendo que o aluno considerado “não apto” deverá refazer essa unidade curricular, podendo continuar seus estudos no semestre seguinte, respeitando os pré-requisitos, salientando que no PPC anterior o aluno era matriculado no módulo e tinha que refazê-lo em caso de reprovação.

A avaliação é distribuída em uma escala de três conceitos para aprovação e um para reprovação, sendo “E” - excelente, “P” – proficiente, “S” – suficiente e “I”[2] – insuficiente, este último que leva à reprovação. Sendo o registro final apresentado como “apto”, “não apto” ou “pendente”, este último quando o aluno reprova em até duas unidades curriculares, então poderá cursar pendências e acima de duas unidades necessitando refazer todo o módulo (IFSC, 2014).

A alteração no processo de desenvolvimento do TCC também merece destaque, pois o mesmo passou a ter orientação e acompanhamento nas unidades

[2] Alterado pela Resolução nº 41, conforme explicitado em nota anterior.

curriculares de Projeto de Pesquisa I e Projeto de Pesquisa II, podendo ser elaborado individualmente ou em duplas.

O estágio curricular também sofreu alterações importantes em sua validação, por exemplo, sendo possível seu desenvolvimento por meio de uma pesquisa vinculada a um dos grupos de pesquisa da área de Saúde e Serviços.

4 RESULTADOS DE PESQUISA

4.1 A Evasão no Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar

A evasão no curso de Gestão Hospitalar será abordada a seguir por meio de diagnósticos quantitativos e qualitativos. Inicialmente, o quantitativo apresentará as taxas de conclusão, evasão e retenção dando a dimensão das grandezas e debatendo-as no âmbito do curso.

O diagnóstico qualitativo busca identificar as causas principais, discuti-las e inferir sobre estas com possibilidades de ações para a busca da permanência e êxito do estudante.

4.1.1 Diagnóstico Quantitativo: taxa de evasão

A análise da evasão, neste trabalho, se dá por meio da observação dos ciclos de matrícula. A tabela a seguir, apresenta as turmas analisadas em número de 10 (dez), sendo que a primeira iniciou suas atividades em sala de aula no segundo semestre de 2009. Como mencionado, anteriormente, o curso deve ser integralizado em 06 (seis) semestres, desta forma a primeira turma concluiu o curso no primeiro semestre de 2012 e as demais seguindo o mesmo raciocínio, conforme tabela.

Tabela 1 - Ciclos analisados: concluintes, finalizados e retidos do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar

Ciclos do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar Situação em maio de 2017					
Ano de Ingresso no Curso/Semestre	**Ano de Conclusão do Curso/Semestre**	**Ingressantes do Ciclo**	**Concluintes com Êxito**	**Finalizados sem Êxito**	**Retidos no Ciclo**
2009/2	2012/1	40	21	19	0
2010/1	2012/2	41	16	25	0
2010/2	2013/1	41	22	19	0
2011/1	2013/2	40	12	28	0
2011/2	2014/1	41	19	22	0
2012/1	2014/2	40	13	26	1
2012/2	2015/1	42	28	13	1
2013/1	2015/2	41	23	18	0
2013/2	2016/1	40	13	19	8
2014/1	2016/2	40	5	23	12
	Total	**406**	**172**	**212**	**22**

Fonte: SISTEC (2017).

A tabela, apresenta o número de ingressantes por período, concluintes com êxito, finalizados sem êxito e retidos. No caso dos alunos retidos, vale salientar que, diferentemente da análise em um determinado período, a análise dos retidos no ciclo computa esta informação em determinada data (neste trabalho no mês de maio de 2017) em que a posição era de estudantes retidos apenas nos ciclos 2012/1, 2012/2, 2013/2 e 2014/1, entendendo-se que estes ciclos já estavam fechados nesta data, ou seja, os alunos já deveriam ter concluído o curso. Observa-se que as turmas mais antigas já não comportam alunos retidos, não que alguns destes não passaram por esta situação na instituição, é que, dado a dimensão tempo, esses estudantes passaram para a situação de concluintes com êxito ou finalizados sem êxito.

Para os cálculos das taxas de conclusão, evasão e retenção foram utilizadas as fórmulas a seguir, já descritas anteriormente:

a) ***Taxa de conclusão do ciclo*** = *estudantes que concluíram o curso com êxito ÷ ingressantes do ciclo*

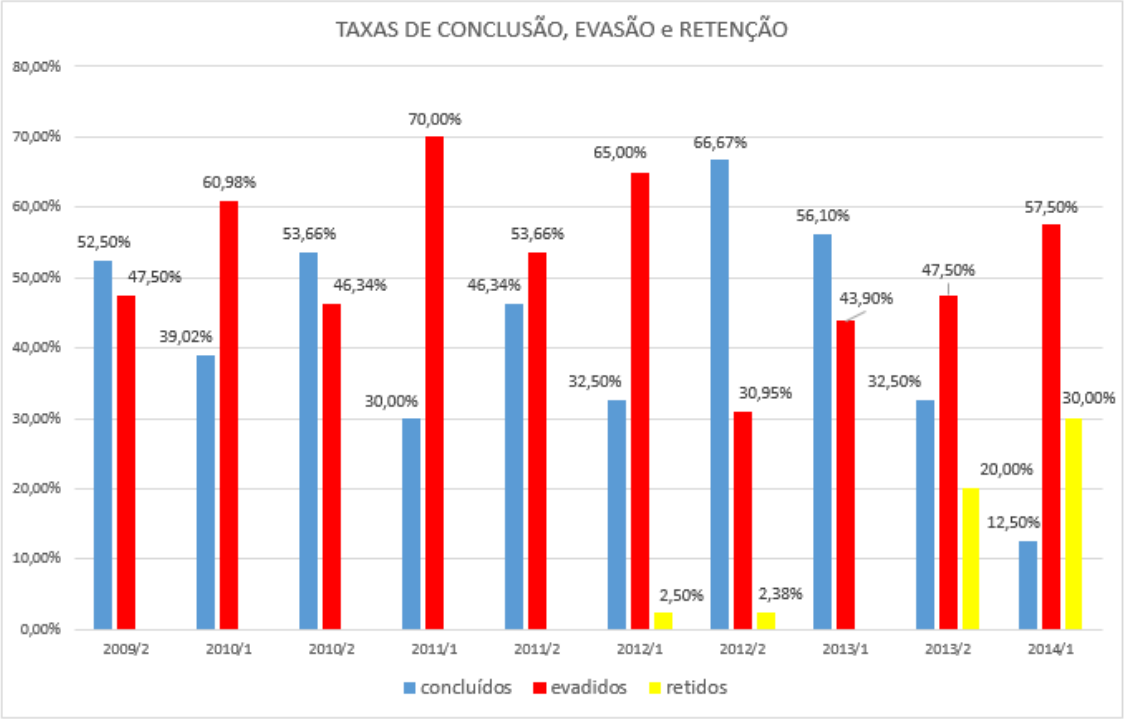
b) ***Taxa de evasão do ciclo*** = *estudantes que tiveram a matrícula finalizada sem êxito no ciclo ÷ ingressantes do ciclo*

c) ***Taxa de retenção do ciclo*** = *estudantes com tempo de matrícula maior do que o tempo de duração do ciclo ÷ ingressantes do ciclo (BRASIL, 2014, P. 25).*

As taxas no ciclo permitem avaliar o desempenho das turmas de ingressantes do curso de Gestão Hospitalar em cada semestre para associação dos fatores motivadores de evasão.

Dada as informações do número de estudantes que concluíram com êxito ou que finalizaram sem êxito e, ainda, os alunos retidos dividindo-se estes valores pelo número de ingressantes no semestre, estes cálculos revelam as taxas de cada grupo no todo das referidas turmas.

Gráfico 1 – Taxas de Conclusão, Evasão e Retenção no Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar



Fonte: o autor (2017).

Conforme a Tabela 1, apresentada com o número de ingressantes, evadidos e retidos em cada ciclo, utilizaram-se as fórmulas para os cálculos das taxas e chegou-se ao Gráfico 1. O comparativo das taxas é o objetivo principal do gráfico, sendo que se observam os comportamentos nos ciclos: as turmas 2009/2, 2010/2, 2012/2 e 2013/1 obtiveram maior percentual de concluídos que evadidos. Já nos ciclos de 2010/1, 2011/1, 2011/2, 2012/1, 2013/2 e 2014/1 a situação é de maior percentual de evadidos que concluintes.

Analisando as peculiaridades desses percentuais, salienta-se que os estudantes retidos, que ainda permanecem no ciclo da turma de 2012/1, se somados aos concluídos, caso retornem ao curso, ainda não alcançarão percentuais maiores que os evadidos. No caso da turma de 2012/2, os estudantes que ainda poderão concluir o curso, por encontrarem-se retidos, podem melhorar esta taxa.

A turma de 2013/2 merece atenção por reter um percentual considerável de estudantes que, somados aos concluídos ou aos evadidos, pode modificar a situação atual positivamente ou negativamente. Entende-se que os retidos, se somados aos concluídos, caso voltem ao curso e o completem com êxito, poderão minimizar a situação que é ruim pelos altos percentuais de evadidos.

A posição atual em que se encontra a turma de 2014/1 pode ser modificada positiva ou negativamente, embora mesmo se os retidos forem somados aos percentuais de concluídos ainda não alcançarão os patamares dos percentuais de evadidos.

Por fim, resta salientar as altas taxas de estudantes evadidos do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar, comprovadas basicamente pela estatística que mostra a análise de 10 ciclos de matrículas (10 turmas), sendo que em seis turmas as taxas de evadidos foram maiores que as dos concluídos.

Os números absolutos e percentuais são apresentados a seguir.

Tabela 2 - Números absolutos e percentuais do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar

Ciclos do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar **Turmas de 2009/2 até 2014/1** Situação em maio de2017				
Taxas avaliadas	**Ingressantes do Ciclo**	**Concluintes com Êxito**	**Finalizados sem Êxito**	**Retidos no Ciclo**
Total	406	172	212	22
Percentuais	100%	42%	52%	5%

Fonte: SISTEC (2017).

A Tabela 2 resume a situação apresentada ao longo do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar. Os dados caracterizam um histórico das turmas de 2009 a 2014, portanto um panorama de cinco anos com um total de ingressantes de 406 alunos, sendo que mais da metade (52%) não concluíram o curso com êxito.

4.1.2 Diagnóstico Qualitativo: identificação das causas principais de evasão e possibilidades de ações

Na tentativa de identificar as principais causas da evasão do curso, em números que chegam a 52%, nesta seção apresentamos e analisamos os dados coletados por meio da realização de entrevistas com alunos evadidos no período de 2009/2 a 2014/1. Foram coletadas as causas de evasão apresentadas por 77 alunos, com os quais foi possível estabelecer contato[3]ou com requerimento no registro acadêmico, no período de maio a junho de 2017. Com essa análise, espera-se poder apontar ações que minimizem a evasão e assegurem a permanência e êxito dos alunos.

[3] Do total de 212 alunos foram coletadas informações das causas de evasão de 77 alunos, por meio de ligações telefônicas ou por requerimento no registro acadêmico.

Os dados coletados nas entrevistas como causas da evasão desses sujeitos foram categorizados em três grupos: fatores individuais, fatores internos à instituição e fatores externos à instituição. A categorização segue o que preconiza o Documento Orientador para a Superação da Evasão e Retenção nos IFs (BRASIL, 2014).

O Quadro 6 foi construído a partir da compilação das entrevistas com os estudantes.

Quadro 6 – Categorização das causas da evasão do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar

FATORES	PRINCIPAIS CAUSAS ENCONTRADAS
INDIVIDUAIS	a) Descoberta de novos interesses e novos processos de seleção; b) Problemas de saúde do estudante ou de familiar; c) Desmotivação com o curso escolhido; d) Gravidez e acompanhamento do recém-nascido; e) Compatibilidade entre a vida acadêmica e as exigências do mundo do trabalho.
INTERNOS À INSTITUIÇÃO	a) Gestão acadêmica do curso; b) Questões didático-pedagógicas; c) Desmotivação pela greve na instituição.
FATORES EXTERNOS À INSTITUIÇÃO	a) Desvalorização da profissão e reconhecimento social do curso; b) Oportunidade de trabalho para o egresso do curso.

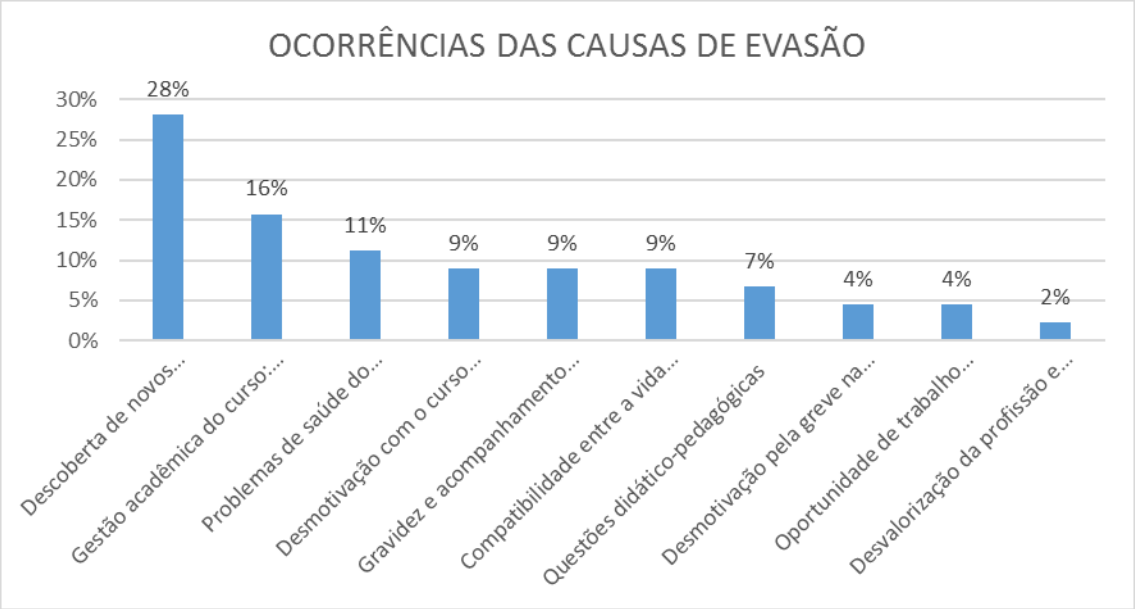
Fonte: Dados Primários (2017).

De um modo geral, o que a primeira leitura dos dados nos mostra é que os fatores individuais estão presentes em maior número entre as causas da evasão do curso citadas pelos alunos entrevistados.

Na contagem de ocorrência das causas, observou-se que a descoberta de novos interesses e novos processos de seleção, gestão acadêmica do curso e problemas de saúde do estudante ou de familiar, correspondem, respectivamente, por 28%, 16% e 11% das causas de evasão, formando um primeiro conjunto de maiores ocorrências. Em seguida, vêm a desmotivação com o curso escolhido, gravidez e acompanhamento do recém-nascido, compatibilidade entre a vida acadêmica e as exigências do mundo do trabalho que aparecem com igual percentual de 9%. E, por fim, um terceiro conjunto formado com as demais causas com percentuais abaixo dos 7% cada uma delas.

O gráfico 2, a seguir, ilustra todos os percentuais de ocorrências:

Gráfico 2 – Ocorrências das causas de evasão



Fonte

Fonte: Dados Primários (2017).

Entretanto, é preciso avaliar separadamente cada um desses fatores causadores da evasão. Por exemplo, fatores individuais como a “descoberta de novos interesses e novos processos de seleção”, citado pelos alunos, também podem estar relacionados com os fatores externos à instituição, pois podem ter sido gerados pelo fato de o sujeito vislumbrar melhores oportunidades de trabalho para o egresso do novo curso para o qual migrou ao evadir-se do primeiro curso. Por exemplo, na entrevista de um aluno da turma 2009/2[4], externou “busquei outro curso com mais oportunidade de trabalho” (neste caso específico mudança para o curso de Direito). Ou, ainda, no mesmo contexto, um aluno da turma de 2013/1 que não achou a área de trabalho promissora e mudou para o curso de geografia.

Nas subseções que seguem, procuraremos ampliar a discussão acerca de cada grupo de fatores sistematizados no Quadro 6.

4.1.2.1 Fatores Individuais

Os fatores individuais que levam à evasão de um curso são classificados por Polydoro (2000) como peculiares às características do estudante, o que pode levar a uma primeira impressão de dificuldade de atribuir discussões e encaminhar

[4] Optou-se por não identificar os sujeitos envolvidos na pesquisa, por isso, as informações sobre eles, ao longo deste texto, limitam-se à indicação da turma à qual pertenciam.

possíveis ações para eliminar ou minimizar tais fatores de evasão. Entretanto, são necessárias medidas que assegurem a aproximação da realidade do estudante por parte da instituição e apoio a este processo.

a) Descoberta de novos interesses e novos processos de seleção

No caso da descoberta de novos interesses, novos processos de seleção e consequentemente a migração do aluno para outro curso, ocorre a permanência do aluno no sistema educacional, o que é observado em um primeiro momento da evasão deste aluno do CST em Gestão Hospitalar.

Este fator analisado trata-se de um processo de evasão que permite salientar que o estudante almeja positivamente continuar sua formação acadêmica em outro curso. Quanto a esse aspecto, é preciso considerar o que diz Bueno (1993), para quem a evasão de um curso, motivada por outra escolha de formação, é resultado de uma postura ativa do aluno.

Passam por essa discussão, por outro lado, aspectos da falta de clareza na escolha pelo curso. No caso aqui em análise, do curso de Gestão Hospitalar, este mostrou-se como uma opção no momento de escolha no Sistema de Seleção Unificada – SISU do Ministério da Educação – MEC. Depois disso, o aluno vislumbrou melhores opções em cursos supostamente mais promissores profissionalmente, enfim, vários aspectos permeiam esta discussão, o que pode levar a inferências diversas. Tomando como exemplos: aluna da turma de 2012/1 que passou a fazer o curso de Direito, aluna da turma de 2013/1 que passou no vestibular para Medicina, aluna da turma de 2014/1, que passou em uma instituição pública para o curso de Engenharia de Produção.

Considerando a análise dessa questão, elaboramos um quadro com as possibilidades de ações que poderiam evitar a evasão motivada pela descoberta de novos interesses, o que indica, de antemão, que não houve a identificação esperada pelo aluno ao ingressar no CST em Gestão Hospitalar.

Quadro 7 – Possibilidades de ações - descoberta de novos interesses e novos processos de seleção

	POSSIBILIDADE DE AÇÕES
Descoberta de novos interesses e novos processos de seleção	✓ Ações institucionais que possibilitem aos candidatos conhecer a realidade do mercado de trabalho referente ao curso escolhido antes do processo seletivo; ✓ Estruturação e aprimoramento do processo de informação e divulgação do curso junto ao público-alvo; ✓ Matrícula acompanhada por informações do curso; ✓ Acompanhamento dos alunos na fase inicial do curso; ✓ Participação em feiras de profissões; ✓ Gerar fatores motivadores no curso como: visitas ao futuro ambiente de trabalho, contatos com profissionais da área, participação em seminários, participação em congressos, acompanhamento dos processos de estágios; ✓ Atualização do currículo do curso que responda às mudanças sociais contemporâneas - urbanas, culturais, tecnológicas, organizacionais e outras; ✓ Realização de reuniões com alunos em situação iminente de desistência do curso para identificação do problema e estabelecimento de estratégias para que o aluno não abandone o curso ou faça uma mudança consciente.

Fonte: Dados Primários (2017).

São várias as possibilidades de ações traçadas para o fator de *descoberta de novos interesses e novos processos de seleção* que passam por ações institucionais, antes mesmo de receber o indivíduo como aluno do curso. As ações propostas passam por apoiá-lo como candidato no conhecimento do mercado de trabalho, no conhecimento da instituição e do curso com o aprimoramento do processo de informação. No momento da matrícula, também é possível sanar dúvidas a respeito do curso escolhido, ainda é momento hábil de verificação por parte do candidato se está escolhendo o curso de forma consciente.

Após o ingresso dos estudantes no curso, faz-se necessário o acompanhamento dos mesmos na fase inicial de adaptação. Propõem-se a geração de fatores motivadores como visitas aos futuros ambientes de trabalho, contato com profissionais da área, participação em seminários, congressos e acompanhamento de estágios, todas ações voltadas a assegurar o interesse do estudante e sua permanência no curso.

Como ação de melhorias possíveis, que se reflitam em sala de aula, atualizações de currículo do curso podem se fazer necessárias frente às mudanças sociais, urbanas, culturais, tecnológicas e organizacionais. Por fim, realizar reuniões com alunos em situações de desistência do curso podem ser válidas para a identificação dos problemas e estratégias para evitar a evasão.

b) Problemas de saúde do estudante ou de familiar

Outro fator individual apontado como causa de evasão, há ocorrência de relatos de alunos evadidos por problemas de saúde do mesmo ou de um membro da família que chama a atenção, pois está no patamar de 11%. Mesmo essa questão estando situada nos fatores particulares dos estudantes, deve ser avaliada pela instituição.

O perfil de gênero dos alunos do curso pode estar diretamente relacionado aos dados que tratam da evasão motivada por problemas de saúde do familiar. Temos em mãos, ainda, os dados que mostram que, dos alunos que indicaram este como o fator de desistência do curso, 80% eram mulheres. Por exemplo, relata aluna da turma 2014/2 que deixou o curso pela necessidade de “cuidar do filho doente”.

Entretanto, faz-se necessário salientar que a análise se dá embasada nos dados quantitativos de alunos que indicaram este como o fator de evasão. Faz-se necessário um estudo mais detalhado e maior aprofundamento teórico para complementar essa discussão.

Na Tabela 3, apresentamos os dados que caracterizam o perfil de gênero das turmas do CTS em Gestão Hospitalar que mostram a massiva presença feminina ao longo das ofertas.

Tabela 3 - Estudantes ingressantes classificados por gênero

Ciclos do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar Turmas 2009/2 a 2014/1			
Sexo	**Total**	**Mulheres**	**Homens**
Total	406	298	108
Percentuais	100%	73,4%	26,6%

Fonte: Dados Primários (2017).

Do número total de ingressantes no curso, que é de 406 alunos, as mulheres estão representadas em percentual de 73,4% do total. A seguir, seguem as proposições de ações para evitar a evasão de alunos do curso diante dessa questão.

Quadro 8 – Possibilidades de ações - Problemas de saúde do estudante ou de familiar

	POSSIBILIDADE DE AÇÕES
Problemas de saúde do estudante ou de familiar	✓ Programa de atendimento domiciliar; ✓ Aplicação da Legislação que prevê a oferta de 20% da carga horária total do curso em EaD, reduzindo o número de encontros presenciais do curso; ✓ Realização de reuniões com alunos em situação iminente de desistência do curso para identificação do problema e estabelecimento de estratégias para que o aluno não abandone o curso.

Fonte: Dados Primários (2017).

Como uma das possibilidades de ações para este fator, coloca-se o programa de atendimento domiciliar ou exercício domiciliar[5], no qual o aluno requer esta ação por questões de saúde, sendo que os professores poderão atendê-los com planejamento específico de estudos da disciplina do aluno afastado.

Ainda como alternativa para reduzir o número de encontros presenciais que compõem a carga horária total do curso, o projeto pedagógico pode desenvolver estratégias que possibilitem trabalhar com 20% da carga horária do curso na modalidade a distância.

c) Desmotivação com o curso escolhido

Alguns elementos podem estar levando os estudantes à desmotivação com o curso de Gestão Hospitalar, sendo 9% o percentual de ocorrências destas causas. Muitas vezes, os entrevistados não elucidam claramente como chegaram à desmotivação com o curso ao ponto da desistência. Questões como o baixo prestígio social do curso pode estar ligado a esta desmotivação, frustração das expectativas em relação ao curso, faltas excessivas e baixos conceitos nas disciplinas. Conforme apresentado por aluno da turma de 2009/2, a desmotivação se deu em consequência das faltas excessivas e consequentemente, baixos conceitos. Outro exemplo, aluno da turma 2010/1 que não teve sua expectativa atendida porque não viu aderência do curso à área de trabalho pretendida. Esses fatores, considerados de cunho pessoal, ainda assim devem ser avaliados pela instituição e coordenação do curso para busca de elementos que possam minimizá-los. Na sequência, apontamos algumas possibilidades de ação.

[5] Podem ser atendidos em Exercício domiciliar – conforme Art. 107. do Regulamento Didático-pedagógico do IFSC (2014), “Os alunos que se encontrarem nas situações previstas em lei, enquanto perdurar comprovadamente a situação de exceção […].

Quadro 9 – Possibilidades de ações – desmotivação com o curso escolhido

	POSSIBILIDADE DE AÇÕES
Desmotivação com o curso escolhido	✓ Matrícula acompanhada por informações do curso; ✓ Acompanhamento do estudante na fase inicial do curso; ✓ Ações institucionais que possibilitem aos candidatos conhecer a realidade do mercado de trabalho referente ao curso escolhido antes do processo seletivo; ✓ Estruturação e aprimoramento do processo de informação e divulgação do curso junto ao público-alvo; ✓ Participação em feiras de profissões; ✓ Gerar fatores motivadores no curso como: visitas ao futuro ambiente de trabalho, contatos com profissionais da área, participação em seminários, participação em congressos, acompanhamento dos processos de estágios; ✓ Atualização dos projetos pedagógicos do curso de acordo com os perfis profissionais em consonância com os arranjos produtivos; ✓ Oferecer atividades de apoio pedagógico e psicopedagógico aos estudantes desmotivados; ✓ Atualização do currículo do curso que respondam às mudanças sociais contemporâneas - urbanas, culturais, tecnológicas, organizacionais e outras; ✓ Realização de reuniões com alunos em situação iminente de desistência do curso para identificação do problema e estabelecimento de estratégias para que o aluno não abandone o curso ou faça uma mudança consciente.

Fonte: Dados Primários (2017).

Assim como o fator que tratou da descoberta de novos interesses e novos processos de seleção para os quais o aluno evadido é atraído, a desmotivação com o curso também traz algumas relações próximas e as ações sugeridas. A maioria das ações buscam chamar a atenção do aluno para si mesmo, para a instituição e para o curso na tentativa de despertá-lo para a formação e futura profissão.

A diferença entre os dois fatores reside no fato de que o aluno desmotivado com o curso não aponta buscar outras possibilidades de formação, fica a indicação de que este estudante evadido do curso de Gestão Hospitalar também pode se configurar em um aluno evadido do sistema educacional. Nesse caso, a desmotivação com o curso se estende para além da perspectiva educacional e sim para o dia a dia do estudante desmotivado com outra área de seu convívio.

d) Gravidez e acompanhamento do recém-nascido

No CST em Gestão Hospitalar, como já informado, as mulheres são maioria absoluta em percentuais de 73,4%, enquanto os homens representam 26,6% dos alunos. Portanto, esse fator é extremamente sensível, dada a composição de gênero no curso.

Tanto em período de gravidez, quanto em acompanhamento do recém-nascido, as mulheres são levadas naturalmente a deixar como segunda prioridade seus estudos, por diversos fatores que diferenciam homens e mulheres no mercado de trabalho, questões salariais, reforço no orçamento doméstico. Enfim, são elementos que penalizam as mulheres e são discutidos incessantemente em várias áreas do conhecimento.

Quadro 10 – Possibilidades de ações – Gravidez e acompanhamento do recém-nascido

	POSSIBILIDADE DE AÇÕES
Gravidez e acompanhamento do recém-nascido	✓ Programa de atendimento domiciliar; ✓ Aplicação da Legislação que prevê a oferta de 20% da carga horária total do curso em EaD, reduzindo o número de encontros presenciais do curso; ✓ Realização de reuniões com alunos em situação iminente de desistência do curso para identificação do problema e estabelecimento de estratégias para que o aluno não abandone o curso ou faça uma mudança consciente.

Fonte: Dados Primários (2017).

Ações muito próximas àquelas sugeridas para o problema de saúde do estudante ou de familiar podem ser aplicadas para os casos de gravidez e acompanhamento do recém-nascido. Certamente, ações que demandam organização por parte da instituição, coordenação de curso e docentes, além de requerer da aluna uma dedicação durante tal período de sua vida particular. Ou seja, percebe-se que os fatores classificados como individuais que levam à evasão também precisam ser observados pelos gestores das instituições.

e) Compatibilidade entre a vida acadêmica e as exigências do mundo do trabalho

A compatibilidade entre a vida acadêmica e as exigências do mundo do trabalho são expostas por meio das entrevistas, quando o aluno evadido explicita o fato da troca de função em sua empresa, flexibilidade de horário e troca de turnos ou até mesmo a mudança de domicílio por questões de trabalho. Foram computados nesse fator 9% das causas de evasão, tomando como exemplo: aluno da turma 2009/2 que teve seu turno de trabalho alterado o que impossibilitou de frequentar o curso, ou ainda, em outro caso em que a aluna da turma de 2011/1 teve a mudança de domicílio por exigências do trabalho.

É sabido que as organizações empresariais exigem cada vez mais a flexibilidade e a mobilidade de seu corpo de colaboradores. São necessidades empresariais ou econômicas que muitas vezes não permitem que o empregado possa planejar sua vida familiar e acadêmica de modo a finalizar um curso de três anos, por exemplo. São exigidas mudanças que nem o estudante, nem as organizações educacionais estão preparadas ou adaptadas.

Quadro 11 – Possibilidades de ações – compatibilidade entre a vida acadêmica e as exigências do mundo do trabalho

	POSSIBILIDADE DE AÇÕES
Compatibilidade entre a vida acadêmica e as exigências do mundo do trabalho	✓ Aplicação da Legislação que prevê a oferta de 20% da carga horária total do curso em EaD, reduzindo o número de encontros presenciais do curso; ✓ Atualização dos projetos pedagógicos do curso de acordo com os perfis profissionais em consonância com os arranjos produtivos; ✓ Atualização do currículo do curso que respondam às mudanças sociais contemporâneas - urbanas, culturais, tecnológicas, organizacionais e outras; ✓ Realização de reuniões com alunos em situação iminente de desistência do curso para identificação do problema e estabelecimento de estratégias para que o aluno não abandone o curso ou faça uma mudança consciente.

Fonte: Dados Primários (2017).

As possibilidades de ações na direção de compatibilizar a vida acadêmica com as exigências do mundo do trabalho podem passar pela implementação de parte da carga horária na modalidade a Distância, que oferece certa flexibilidade e mobilidade para o estudante trabalhador, opção possível a fim de não deixar o aluno sem formação por motivos relacionados ao trabalho. No caso dos alunos de Gestão Hospitalar, por conta do seu perfil econômico, priorizam, em sua maioria, o salário para subsistência do que a formação acadêmica.

Também ações como atualização dos projetos pedagógicos do curso de acordo com os perfis profissionais em consonância com os arranjos produtivos e atualização do currículo do curso que respondam às mudanças sociais contemporâneas - urbanas, culturais, tecnológicas, organizacionais e outras podem minimizar o impacto das mudanças requeridas pelo meio empresarial e suas influências no aumento da taxa de evasão.

4.1.2.2 Fatores Internos à Instituição

Os fatores internos à instituição relacionados à evasão são aqueles que, reconhecidamente, estão sob o gerenciamento e organização da instituição. São fatores ligados à gestão acadêmica do curso, questões didático-pedagógicas e outras (BRASIL, 2014). Nas entrevistas realizadas com os alunos evadidos do CST em Gestão Hospitalar, os aspectos relacionados aos fatores internos citados pelos entrevistados estão descritos e analisados na sequência.

a) Gestão acadêmica do curso

A gestão acadêmica do curso se resguarda oficialmente por meio de documentos do Ministério da Educação, institucionais e da coordenação de curso como regulamentos internos. Essa causa de evasão totalizou um percentual de 16%, sendo a segunda causa de ocorrências do total geral. Um dos fatores mais citados foi relacionado ao horário de início das aulas. O curso de Gestão Hospitalar está organizado nos seguintes horários: início das aulas às 18h30 e fim às 22h30, com intervalo de 20 minutos.

Os entrevistados reclamam da falta de sincronismo do horário de trabalho com o horário de início das aulas, somando-se a esse fato os problemas do transporte coletivo e os problemas de trânsito. Podemos citar alguns depoimentos de alunos, o caso de um aluno da turma de 2019/2 que salientou que seu horário de trabalho finalizava às 18h30, horário de início das aulas, necessitando chegadas diariamente tardias. Outra aluna trabalhadora da área da saúde, da turma de 2011/2, sendo seu horário de saída às 19h. São atrasos excessivos que causam perdas de conteúdos, faltas e muitas vezes a reprovação por ultrapassar o percentual permitido de 25% da carga horária. Apresentamos, na sequência, algumas possibilidades de ações para evitar esse problema.

Quadro 12 – Possibilidades de ações – gestão acadêmica do curso

	POSSIBILIDADE DE AÇÕES
Gestão acadêmica do curso	✓ Alteração de horário de início das aulas; ✓ Aplicação da Legislação que prevê a oferta de 20% da carga horária total do curso em EaD, reduzindo o número de encontros presenciais do curso; ✓ Atualização dos projetos pedagógicos do curso de acordo com os perfis profissionais em consonância com os arranjos produtivos; ✓ Atualização do currículo do curso que respondam às mudanças sociais contemporâneas - urbanas, culturais, tecnológicas, organizacionais e outras; ✓ Realização de reuniões com alunos em situação iminente de desistência do curso para identificação do problema e estabelecimento de estratégias para que o aluno não abandone o curso ou faça uma mudança consciente.

Fonte: Dados Primários (2017).

A questão do horário precisa ser analisada institucionalmente, visando reduzir os índices de evasão. É preciso considerar, como afirma Narciso (2015, p. 104), que a organização curricular deve levar em consideração "[...] o contexto real do aluno, dialogando com o mundo do trabalho, acompanhando suas necessidades e, principalmente, na formação humana, libertadora e cidadã". A autora continua, citando Kuenzer (2010, p. 864 *apud* NARCISCO, 2015, p. 104) para quem é fundamental o "desenvolvimento de um currículo amplo e articulado de caráter geral".

b) Questões didático-pedagógicas

Nas questões didático-pedagógicas, estão inseridos fatores a respeito da metodologia de ensino, a interação docente e discente, o processo de ensino e aprendizagem, enfim o dia a dia de sala de aula e os processos educacionais.

No caso concreto salientado pelos entrevistados, as dificuldades com as orientações de trabalhos de conclusão de curso apareceram como fator desmotivador para a continuidade do curso. Dificuldades geradas pelo número excessivo de faltas e, consequentemente, falta de aprendizado e conteúdos para este aluno. Essas causas totalizaram 7% das ocorrências. Pode-se exemplificar por meio do depoimento de uma aluna que, para concluir o curso, necessita apenas da entrega do TCC e fala da dificuldade de finalização. Em outro caso, a aluna da turma de 2012/1 reclama das dificuldades de interação com orientador que dificultou a finalização.

Seguem algumas propostas para que a gestão do curso e o corpo docente auxiliem os alunos, evitando novas evasões causadas por essa questão.

Quadro 13 – Possibilidades de ações – questões didático-pedagógicas

	POSSIBILIDADE DE AÇÕES
Questões didático-pedagógicas	✓ Acompanhamento dos alunos em período de desenvolvimento de trabalho de conclusão de curso; ✓ Oferecer atividades de apoio pedagógico e psicopedagógico aos estudantes desmotivados; ✓ Acompanhamento dos alunos com excesso de faltas para identificar os motivos evitando que excedam as faltas permitidas de 25% da carga horária da disciplina; ✓ Realização de reuniões com alunos em situação iminente de desistência do curso para identificação do problema e estabelecimento de estratégias para que o aluno não abandone o curso ou faça uma mudança consciente.

Fonte: Dados Primários (2017).

As possibilidades que se apresentam neste fator requerem o acompanhamento dos alunos em período de elaboração do TCC, visto que esta atividade se mostra um processo crítico para o aluno que reclama do tempo hábil, do número de orientações, das disciplinas que estão em andamento no semestre e do desafio que é a defesa em banca de avaliação do trabalho.

Também questões pedagógicas como as faltas excessivas passam pelo cuidado que a instituição pode desprender para minimizar este fator, remetendo-se às possibilidades que já foram vislumbradas como a utilização de EaD e mudanças de horários de início das aulas.

c) Desmotivação pela greve na instituição

As greves citadas pelos sujeitos desta pesquisa como uma das razões que contribuíram para a evasão ocorreram no segundo semestre dos anos de 2011, 2012 e 2015. Porém, apenas aquelas dos anos de 2011 e 2012 afetaram o calendário das aulas no curso de Gestão Hospitalar, já que em 2015 não teve a participação dos docentes. Esse fator foi citado nas entrevistas como desmotivador para o estudante continuar no curso. Mesmo sendo um evento pontual, pode ser analisado em conjunto com outros fatores, como a desmotivação com o próprio curso de maneira geral, pois, isoladamente, a greve não geraria a desistência imediata do aluno. Vale exemplificar o caso de um aluno da turma de 2012/2 que externa a dificuldade gerada com a reposição das aulas nos sábados e estender o horário da noite para compensação das horas.

Na categorização desse fator, a alocação do mesmo nos fatores internos à instituição ou nos fatores externos à instituição provocou certa dúvida, pois a ação

de greve pode ser observada como de gerenciamento interno da instituição já que livremente os servidores podem ou não aderir. Por outro lado, pode ser atribuída a greve aos fatores externos à instituição, uma vez que advém de contextos econômicos, políticos e sociais demandados da sociedade e que refletem nas instituições de ensino. A seguir, algumas contribuições acerca do tema.

Quadro 14 – Possibilidades de ações – desmotivação pela greve na instituição

	POSSIBILIDADE DE AÇÕES
Desmotivação pela greve na instituição	✓ Oferecer informações aos estudantes a respeito do processo de greve para que participem positivamente deste contexto vivido pela instituição; ✓ Trazer os alunos para o movimento para que não seja fruto de desmotivação que leve o aluno a evasão do curso; ✓ Planejar democraticamente o calendário de reposição das aulas; ✓ Realização de reuniões com alunos em situação iminente de desistência do curso para identificação do problema e estabelecimento de estratégias para que o aluno não abandone o curso ou faça uma mudança consciente.

Fonte: Dados Primários (2017).

As possibilidades que emergem no contexto grevista são na tentativa de trazer os estudantes para o entendimento do processo e que de forma positiva possam apoiar o mesmo e não o tornar um movimento negativo ao aluno, levando-o a evasão por este motivo.

Manter a comunidade acadêmica informada, planejar democraticamente o calendário de reposição e acompanhar o aluno que almeja desistir do curso são ações que possam minimizar as consequências da greve.

4.1.2.3 Fatores Externos à Instituição

Estes fatores são considerados aqueles sobre os quais a instituição não exerce direcionamento. Nas entrevistas, foram retratadas a desvalorização da profissão, a falta de oportunidade de trabalho para o egresso do curso e a falta de reconhecimento social, sendo que estas causas perfazem um total de 6% do total apontado como causas da evasão.

Embora esses fatores não sejam gerenciáveis pela instituição de ensino e seu corpo docente, algumas possibilidades de mitigação espera-se poder desenvolver.

a) Desvalorização da profissão e reconhecimento social do curso

Ao considerar a desvalorização da profissão, o estudante perde a motivação pelo curso, já que são três anos de empenho nos estudos e, ao final, imagina que

não terá uma colocação no mercado de trabalho que lhe trará bons frutos desta dedicação. Cita-se salário adequado, ambiente de trabalho promissor e reconhecimento da profissão.

Esta causa corresponde a 2% do total de ocorrências e podemos exemplificar com o relato de uma aluna da turma de 2009/2, ela indicou não ter visto no curso a possibilidade de ascensão profissional esperada e, inclusive, buscou outra opção de formação. Em outro caso, uma aluna da turma de 2012/1 salientou a falta de certeza com a profissão e reconhecimento, tanto que optou pelo curso de Direito em um novo processo de seleção acadêmica.

A gestão administrativa dos hospitais muitas vezes é exercida por médicos, enfermeiros e outros profissionais da área. A disputa natural desses cargos passa a ser um desafio para o gestor hospitalar que ainda precisa conquistar este espaço e mostrar que pode desempenhar tais funções com algum diferencial em relação aos ocupantes atuais.

Quadro 15 – Possibilidades de ações – desvalorização da profissão e reconhecimento social do curso

	POSSIBILIDADE DE AÇÕES
Desvalorização da profissão e reconhecimento social do curso	✓ Criar estratégias de divulgação social da função do gestor hospitalar; ✓ Atuar junto aos órgãos de representação de classe para fortalecer a profissão; ✓ Atuar na abertura de novos campos de trabalho e estágios para ampliar a atuação do gestor; ✓ Participação em feiras de profissões, seminários e congressos; ✓ Atualização dos projetos pedagógicos do curso de acordo com os perfis profissionais em consonância com os arranjos produtivos; ✓ Atualização do currículo do curso que respondam às mudanças sociais contemporâneas - urbanas, culturais, tecnológicas, organizacionais e outras; ✓ Realização de reuniões com alunos em situação iminente de desistência do curso para identificação do problema e estabelecimento de estratégias para que o aluno não abandone o curso ou faça uma mudança consciente.

Fonte: Dados Primários (2017).

Na busca da valorização e reconhecimento do Curso de Gestão Hospitalar, algumas ações possíveis podem melhorar essas condições como a atuação junto aos empregadores para conhecerem melhor as atividades desenvolvidas pelo gestor hospitalar, suas competências e habilidades e buscando a ampliação dos campos de estágios.

Também a atuação nos órgãos de representação de classe como o Conselho Regional de Administração – CRA, em que o gestor hospitalar pode se credenciar e estar habilitado para o exercício da profissão.

A participação em feiras, seminários e congressos com a troca de experiências e a formação de rede de contato com a área pode aumentar o conhecimento do mercado com relação as atuações dos gestores hospitalares.

Por fim, a atualização constante do projeto de curso e seus currículos devem aproximar os estudantes as exigências do mercado de trabalho e fortalecer a inserção destes em cargos relacionados ao curso.

b) Oportunidade de trabalho para o egresso do curso

As oportunidades de trabalhos para os egressos do curso estão ligadas, de certa forma, com os fatores de valorização da profissão e reconhecimento social, tratados anteriormente. Percebe-se a proximidade e intersecção dessas causas, dada a necessidade de valorização e reconhecimento para a abertura de oportunidade para o egresso do curso de Gestão Hospitalar. Os cursos de tecnologia estão em várias áreas do conhecimento e muitos deles são bem recentes nas instituições de ensino e no mercado de trabalho como uma profissão reconhecida e neste contexto precisam galgar sua valorização tanto no meio empresarial com as contratações, quanto no meio público estando presentes nos editais de processos seletivos.

Essas causas compõem 4% do total dos fatores que levam à evasão e, em alguns depoimentos de alunos, por exemplo, de uma aluna da turma de 2010/1 que afirma ter mudado para o curso de Direito dada as melhores opções de trabalho. No caso de uma aluna da turma de 2011/2, optou em cursar o técnico em Enfermagem pela oportunidade de colocação rápida no mercado de trabalho.

Como essas questões estão diretamente relacionadas com a valorização da profissão e o reconhecimento social do papel do Gestor Hospitalar, as possibilidades de ações, listadas abaixo, seguem em direção semelhante àquelas citadas no item anterior deste texto.

Quadro 16 – Possibilidades de ações – oportunidade de trabalho para o egresso do curso

	POSSIBILIDADE DE AÇÕES
Oportunidade de trabalho para o egresso do curso	✓ Criar estratégias de divulgação social da função do gestor hospitalar; ✓ Atuar junto aos órgãos de representação de classe para fortalecer a profissão; ✓ Abrir novos campos de trabalho para ampliar a atuação do gestor; ✓ Participação em feiras de profissões, seminários, congressos, acompanhamento dos processos de estágios; ✓ Atualização dos projetos pedagógicos do curso de acordo com os perfis profissionais em consonância com os arranjos produtivos; ✓ Atualização do currículo do curso que respondam às mudanças sociais contemporâneas - urbanas, culturais, tecnológicas, organizacionais e outras; ✓ Realização de reuniões com alunos em situação iminente de desistência do curso para identificação do problema e estabelecimento de estratégias para que o aluno não abandone o curso ou faça uma mudança consciente.

Fonte: Dados Primários (2017).

As demandas do mercado de trabalho são dinâmicas e o gestor hospitalar deve procurar atendê-las nas mais variadas áreas. Não se espera, na atuação do profissional formado em Gestão Hospitalar, apenas a ocupação de cargos de direção nos hospitais, clínicas ou laboratórios, por exemplo. Atividades de cunho operacional técnico podem ser ocupadas por alunos egressos do curso. Observam-se como campo de trabalho os setores de recursos humanos, escrituração, logística de materiais, custos, finanças e faturamento, marketing e vendas, hotelaria e manutenção, área de acompanhamento de qualidade e outras que devem ser vislumbradas pelo gestor hospitalar como possíveis atuações.

As ações possíveis de serem implementadas pela instituição para assegurar a permanência e o êxito dos alunos passam por contribuir com a divulgação no mundo do trabalho da possibilidade de contratação do profissional gestor, da atuação dos órgãos de representação para requerer o reconhecimento da profissão e ampliação das áreas de atuação, além de participação em eventos da área e atualizações constantes em projetos pedagógicos e currículos.

5 CONCLUSÕES

Ao finalizarmos este trabalho, que buscou identificar as principais causas da evasão no CST em Gestão Hospitalar do IFSC, câmpus Joinville, faz-se necessário retomar alguns pontos nevrálgicos inerentes à evasão na rede federal como um todo. Para tal, retomamos o que diz Narciso (2015), que questiona:

> Então, nos deparamos com um paradoxo: ainda que o mercado de trabalho apresente uma competição cada vez mais acirrada, por que o educando evade-se de uma instituição federal, pública e gratuita, que oferece um ensino de qualidade, professores capacitados, salas de aulas confortáveis? A resposta para esse problema, não é apenas da escola e da família, é de todos, ou seja, é um problema social. (NARCISO, 2015, p. 75).

Outro ponto para o qual a autora chama a atenção é para o fato de que os mecanismos de enfrentamento à evasão na rede são pontuais e isolados, sem uma estratégia comum à rede (NARCISO, 2015, p. 82). Compartilhamos com a autora das mesmas preocupações, considerando os altos índices de evasão identificados ao longo do tempo de existência do CST em Gestão Hospitalar, aqui em análise.

Nessa abordagem, houve a procura constante de respostas ao problema apresentado que buscou as causas que afetavam o êxito dos estudantes e os caminhos apresentados para modificar esta realidade. Buscou-se conhecer e avaliar a complexidade dos diversos fatores que afetam os acadêmicos, examinar as taxas de evasão e conclusão para identificar os problemas e sugerir possibilidades de ações.

Os conceitos de evasão e retenção são importantes para observação dos fenômenos que levam os alunos a determinadas decisões em suas vidas acadêmicas. Vários autores trataram tais fenômenos, como o precursor Professor Vicent Tinto, desde a década de 1970. No Brasil, o marco dos estudos sobre o tema foi a criação da Comissão Especial de Estudos sobre Evasão (1995) e, mais recentemente, o Documento Orientador para a Superação da Evasão e Retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (2014) que subsidiou este trabalho no apoio à caracterização dos fatores influenciadores da evasão considerados individuais,

internos à instituição e externos à instituição, nesta perspectiva de categorização os resultados foram assim elencados para análise.

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar do IFSC Câmpus Joinville deu início com a primeira turma, no ano de 2009. A análise elaborada neste trabalho foi por meio dos ciclos de matrículas que permitiu identificar nos ciclos de 2010/1, 2011/1, 2011/2, 2012/1, 2013/2 e 2014/1 a situação de maior percentual de evadidos que concluintes e nas turmas 2009/2, 2010/2, 2012/2 e 2013/1 obtiveram maior percentual de concluídos que evadidos. Em síntese, os dados observados revelam que, do total de 406 alunos que ingressaram no período de análise, 52% finalizaram sem êxito.

A abordagem qualitativa procurou identificar os motivos de evasão e sugerir possibilidades de ações para mitigar tais fatores no curso. Dentre as principais causas individuais ocorridas estão: descoberta de novos interesses e novos processos de seleção, problemas de saúde do estudante ou de familiar, desmotivação com o curso escolhido, gravidez e acompanhamento do recém-nascido, compatibilidade entre a vida acadêmica e as exigências do mundo do trabalho.

Entre os fatores internos à instituição estão a gestão acadêmica do curso, questões didático-pedagógicas, desmotivação pela greve na instituição. Já os fatores externos à instituição que ocorreram foram: desvalorização da profissão e reconhecimento social do curso e oportunidade de trabalho para o egresso do curso.

Demandadas a partir da avaliação dos fatores individuais, as possibilidades de ações foram elaboradas e passam por ações institucionais relacionadas ao conhecimento do aluno sobre o mercado de trabalho, acompanhamento dos alunos em sua vida acadêmica, geração de fatores motivadores com a participação em eventos, atualizações constantes no curso, programa de atendimento domiciliar e EaD, desenvolver atividades psicopedagógicas e outras.

Em se tratando de fatores internos à instituição, possibilidades como a alteração de horário de início das aulas, alterações do PPC para implantação de 20% da carga horária do curso na modalidade EaD, atualizações dos projetos pedagógicos e currículos, acompanhamento em TCCs, acompanhamento aos alunos faltosos, atividades psicopedagógicas,

informações adequadas a respeitos do processo de greve, planejamento democrático do calendário de reposição dos dias paralisados pela greve e realização de reuniões com alunos em situação de eminente desistência são algumas ações em pauta.

Relacionado aos fatores externos à instituição, algumas propostas tais como: mostrar ao mercado de trabalho a função do gestor, atuar junto aos órgãos de representação, abrir novos campos de estágios, participação em eventos e atualização de projeto e currículo do curso.

Em síntese, este trabalho procurou conhecer a realidade do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar no que se refere às taxas de conclusão, retenção e evasão. Para tanto, necessitou-se de levantamentos no sistema de controle do Ministério da Educação – MEC e no sistema acadêmico da instituição que mostrassem a lista dos alunos por turmas e as situações de conclusão com ou sem êxito.

A partir das informações requeridas no sistema, pode-se tabulá-las para análise quantitativa e, em seguida, procurar os motivos de evasão dos estudantes caracterizando a parte de pesquisa qualitativa.

No caminho percorrido por este trabalho de finalização de curso, percebe-se a necessidade de aprofundamento em relação à pesquisa quantitativa, pois outras interações de dados podem ser processadas relacionando outros elementos que esta abordagem não abarcou. Também na parte qualitativa, relacionados aos motivos de evasão outras discussões e inferências poderão ser desenvolvidas. Neste caso, estudos futuros poderão caminhar nesta direção de aprofundamento.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Marisa. Cursos Superiores de Tecnologia: Democratização do Acesso ao Ensino Superior?. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 29. 2006, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 2006.

BRASIL **Decreto nº 74.708, de 17 de outubro de 1974.** Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=188788&norma=204089>. Acesso em: 05 maio 2017.

Brasil. **Documento orientador para superação da evasão e retenção na rede federal de educação profissional, científica e tecnológica 2014.** Disponível em: <http://www.ifto.edu.br/portal/docs/proen/doc_orientador_evasao_retencao_setec.pdf>. Acesso em: 3 fev. 2015.

Brasil. **Diplomação, retenção e evasão nos cursos de graduação em instituições de ensino superior públicas**. ANDIFES/ ABRUEM/SESu/MEC, Brasília, DF. 1996a.

Brasil. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm>. Acesso em: 05 maio 2017.

BRASIL. **Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968.** Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 05 maio 2017.

BRASIL. **Lei Federal nº 9.394/96, de 20 de novembro de 1996b**. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf?sequence=3>. Acesso em: 03 maio 2017.

BRASIL. **Portaria SETEC/MEC nº 39/2013, de 22 de novembro de 2013**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pronatec/legislacao>. Acesso em: 05 maio 2017.

BRASIL. **Catálogo nacional dos cursos superiores de tecnologia. Brasília, DF: secretaria de educação profissional e tecnológica, 2016.** Disponível em: <http://catalogo.mec.gov.br/>. Acesso em: 17 mar. 2017.

BRASIL. **Acórdão nº 506/2013 – TCU – Plenário, de 13 de março de 2013.** Disponível em: <http://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?Inline=1&fileId=8A8182A14D92792C014D9284798D3A3D>. Acesso em: 03 maio 2017.

BUENO, José Lino. A Evasão de Alunos. **Jornal da USP**, São Paulo, 14 a 20 jun. 1993.

COELHO, Alexsandra Joelma Dal Pizzol. **Permanência e abandono escolar na educação profissional**: um estudo sobre Instituições Federais de Joinville

e Jaraguá do Sul. 2014. 225 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

DORE, Rosemary; LÜSCHER, Ana Zuleima. Permanência e Evasão na Educação Técnica de Nível Médio em Minas Gerais. **Cadernos de Pesquisa** v.41, n.144, set./dez. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v41n144/v41n144a07.pdf>. Acesso em 23 de abril de 2017.

FRANCISCONE, Vera Regina Flocke Keller; TEIXEIRA, Augusto Niche. Mão-cabeça-coração de obra: avaliar competências profissionais e desenvolver pessoas – como o SENAC – RS enfrenta este novo desafio. In: CARVALHO, Maria Lucia Mendes de (org). **Cultura, saberes e práticas:** memórias e historia da educação profissional. São Paulo: Centro Paula Souza, 2011.

IFSC DEIA. **Anuário Estatístico da Pró-Reitoria de Ensino 2017**: ano base 2016. Florianópolis: Publicação do IFSC, 2017. Disponível em: <http://www.ifsc.edu.br/anuario-estatistico>. Acesso em: 02 mar. 2017.

IFSC. **Histórico do IFSC**. Disponível em: <http://www.ifsc.edu.br/menu-institucional/missao?id =152>. Acesso em: 13 jun. 2017.

IFSC. **Projeto pedagógico do curso:** superior de tecnologia em gestão hospitalar. Joinville: IFSC, 2009.

IFSC. **Projeto pedagógico do curso:** superior de tecnologia em gestão hospitalar. Joinville: IFSC, 2014.

MEC. **Relatório de avaliação de reconhecimento de curso da comissão de avaliação.** Brasília: E-mec, 2012.

NARCISO, Luciana Gusmão de Souza. **Análise da Evasão nos Cursos Técnicos do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – Câmpus Arinos**: Exclusão da Escola ou Exclusão na Escola? 2015. 262 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política (PPGSP), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, SC, 2015.

OTANI, Nilo. **Trabalho de Conclusão:** especialização em pericia de acidentes de trânsito. 1. ed. Florianopolis: Publicação do IFSC, 2016.

POLYDORO, Soely Aparecida Jorge. **O trancamento de matrícula na trajetória acadêmica do universitário:** condições de saída e de retorno à instituição. 2000. 179 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

RAMOS, Magda Camargo Lange. **Seminário de pesquisa e intervenção II**. Florianópolis: IFSC, 2014.

REDE FEDERAL. **Portal da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Disponível em: <http://redefederal.mec.gov.br>. Acesso em: 6 maio 2017.

SCALI, Danyelle Freitas. **Evasão nos cursos superiores de tecnologia: a percepção dos estudantes sobre seus determinantes.** 2009. 150 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas / Faculdade de Educação. Dissertação, Campinas, 2009.

SILVA, Tadeu Lucena da. **Baixa taxa de conclusão dos cursos técnicos da rede federal de educação profissional e tecnológica: uma proposta de intervenção.** 2013. 172 f. Dissertação (Mestrado Profissional). Universidade Federal de Juiz de Fora. Dissertação, Juiz de Fora, 2013.

SISTEC. Sistema nacional de informações da educação profissional e tecnológica. **Manual do SISTEC para a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.** Versão 2.2. 2012. Disponível em: <http://sitesistec.mec.gov.br/images/arquivos/pdf/Guia_Sistec_IF_v2.2_05072016.pdf> Acesso em: 05 maio 2017.

TINTO, Vicent. Limits of theory and practice in student attrition. **Journal of Higher Education**, Ohio, v.53, n.6, p. 687-700, 1982.

APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE DADOS COLETADOS

REGISTRO DA ENTREVISTA COM ALUNOS EVADIDOS	
Nome	**Data**
1. **Forma de conhecimento do curso**	
2. **Razão por ter escolhido o curso**	
3. **Causa da evasão do curso**	
4. **Período da evasão**	
5. **Programa institucional que diminuem a evasão no curso**	
6. **Outras questões que o aluno desejar expressar**	